

Pacto nacional

Para vencer a crise, retomar o crescimento, criar empregos e valorizar o trabalho

“**S**ó um pacto nacional conseguirá evitar uma crise desse tamanho, se ela vier” — a frase do ministro da Casa Civil, José Dirceu, causou alvoroço. Ela foi pronunciada no dia 15, durante um jantar em São Paulo, onde estavam presentes 40 dos maiores empresários brasileiros.

Há um aspecto defensivo na proposta de José Dirceu que, precavidamente, vê sinais de crise na conjuntura mundial e indica a necessidade de uma articulação para enfrentá-la, “se ela vier”, como disse. E isso foi o suficiente para desencadear uma instrutiva troca de opiniões, através da imprensa.

De um lado, a oposição conservadora tenta minimizar os sinais de crise. O senador tucano Arthur Virgílio (AM) descarta a proposta. “Não precisa de pacto. Não tem crise alguma”, disse.

Já entre a base governista houve reações diferenciadas. O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), diz que a declaração é “apenas uma análise conjuntural”. E acrescenta: o “Brasil precisa crescer acelerado, num ritmo maior”.

Para o ministro do Planejamento, Guido Mantega, a tese “não fragiliza” o governo, mas o fortalece ao propor a união em torno do desenvolvimento. Para ele, Dirceu falou “como uma precaução”, numa situação em que o governo está “pondo em prática uma boa estratégia para poder passar ileso por esta crise e continuar com nosso plano de crescimento, que aliás já começou.” A líder do PT no Senado, Ideli Salvati (SC) não se surpreendeu com a proposta pois, disse,



Desenvolvimento, geração de emprego e distribuição de renda: desafios atuais

este pacto vem sendo levado a cabo há meses pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Joaquim Levy, secre-

tário do Tesouro; minimizou, por sua vez, a volatilidade atual dos mercados: “Está tendo uma chuva, um pouquinho de vento, mas

acho que é passageiro”. E ele discorda do temor de José Dirceu de que uma eventual crise mundial afete o Brasil. “Nossa política econômica é muito segura”, garante. Outro que entrou no debate foi o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que concorda, em tese, com José Dirceu. É importante, afirmou, “fazer um planejamento de contingência”, como sugeriu Dirceu. E ressaltou: as decisões não são tecnocráticas, mas políticas, “porque é preciso ter a sociedade atrás”.

Celso Amorim tem razão. A decisão é política, e não tecnocrática. Os sinais de tempestade se acumulam. O preço do petróleo dispara, e o barril já superou a marca de 41,50 dólares; as bolsas de valores oscilam a cada solavanco da política internacional; no Brasil, o dólar sobe e desce e o risco Brasil (cuja baixa é essencial para lastrear a política econômica que busca atrair investimentos externos) vive numa montanha russa.

Um pacto social, neste quadro, não pode repetir experiências anteriores, onde o custo da crise foi jogado sobre os ombros dos trabalhadores, das empresas pequenas e médias, e do povo brasileiro. Por isso, o PCdoB conclama à construção de um “amplo movimento político e social, de caráter nacional, pelo desenvolvimento com base em uma plataforma comum que priorize os investimentos em infraestrutura e seja capaz de gerar empregos e distribuir renda”, para impulsionar a luta pelas mudanças, condição essencial para o êxito do governo Lula (Leia artigo de Renato Rabelo na página 3).

EDITORIAL

Por uma solução negociada para o salário mínimo

Está para ser votada na Câmara dos Deputados a mensagem presidencial que fixa o salário mínimo em R\$ 260,00. A mensagem, enviada na véspera do Dia do Trabalhador, 1º de Maio, causou frustração entre os trabalhadores e protestos de suas entidades de classe. Parlamentares da base governista apresentaram propostas com valores maiores e a bancada do PCdoB formalizou emendas fixando o mínimo em R\$ 280,00 e estipulando parâmetros para futuros reajustes e aumentos.

A justificada reação deriva do irrisório reajuste e da quebra de expectativa ante o compromisso assumido pelo governo, de dobrar o valor do salário mínimo ao térmi-

no de seus quatro anos de mandato. O presidente Lula, em sucessivas reuniões com seus principais ministros, buscou conceder um aumento maior. Mas prevaleceu a lógica do Ministério da Fazenda, de absolutizar a austeridade fiscal.

O governo Lula está empenhado em ampliar a democracia. Isso passa pelo resgate de um efetivo papel do Congresso Nacional. Na reforma da Previdência, a proposta enviada pelo Executivo foi modificada, para melhor, pelos parlamentares. O mesmo se espera na questão salarial — uma abertura do Planalto para construir, com sua base de sustentação parlamentar e social, uma solução negociada.

O aumento do salário mínimo encer-

ra um conjunto de conseqüências diretamente vinculadas às necessidades do país. Distribui renda e eleva a capacidade de consumo das famílias, fatores importantes para aquecer a economia e catalisar a retomada do crescimento com distribuição de renda. A dimensão social e econômica desse tema fica evidenciada pelo fato de cerca de 60% da População Economicamente Ativa ganhar até dois mínimos.

A hiper-concentração de renda no Brasil, de antigas raízes, muito piorou na última década, quando o país esteve sob a regência do modelo neoliberal. A oposição conservadora, liderada pelo PSDB e PFL, que agora pretende se apresentar como campeã da justiça social, não tem autori-

dade política para tanto. Esteve por oito anos no governo e o que fez foi aumentar o arrocho.

Um aumento maior do salário mínimo, mesmo que parcimonioso, e a reafirmação de compromissos para uma ascendente valorização do trabalho, além de desencadear uma reação positiva entre os trabalhadores, será uma sinalização concreta de empenho do governo pela retomada do crescimento e geração de empregos.

O governo e sua base parlamentar devem encontrar um desfecho condizente com os compromissos assumidos com o povo na campanha eleitoral. Esta é o vivo anseio existente entre os trabalhadores e os partidos e entidades que os representam.

Ademir da Guia, pré-candidato do PCdoB paulistano

Ele já usou a camisa verde do Palmeiras; agora, vai usar, como vereador, a camisa vermelha dos comunistas

SUELI SCUTTI, DE SÃO PAULO

O ex-jogador do Palmeiras Ademir da Guia inaugurou, dia 10, seu escritório político em reduto paulistano. O Divino é pré-candidato a vereador na eleição de outubro, pelo PCdoB, e passará a receber os amigos em seu novo endereço. O Partido vai fazer sua convenção eleitoral em junho, quando o nome de Ademir deverá ser homologado na chapa que contará com outros 30 candidatos da legenda. Nesta eleição, o PCdoB decidiu lançar chapa própria de candidatos à Câmara Municipal, mas vai fazer coligação com o PT e



Ademir da Guia

outras agremiações pela reeleição da prefeita Marta Suplicy.

O comitê do ex-meia-armador fica na rua Turiassu, em frente ao Parque Antártica, e a campanha de Ademir estará nas ruas a partir do dia 7 de julho. "É importante receber tanto carinho no momento em que iniciei um novo ciclo da minha vida", disse o Divino.

Ademir entrou no Partido a convite do ministro Aldo Rebelo, fã do futebol elegante, da simplicidade e da generosidade do ex-meia alviverde, que fez 866 jogos pelo Verdão, entre 1961 e 1977, e marcou 153 gols.

Pelo Palestra, ele conquistou vários títulos, entre eles o Brasileiro (72 e 73), Robertão (67 e 69), Taça Brasil (67), Paulista (63, 66, 72, 74 e 76) e Rio-São Paulo (65). Pela seleção brasileira fez nove jogos oficiais mas só uma partida em Copa do Mundo, contra a Polônia em 1974, quando jogou o primeiro tempo, na decisão do terceiro lugar. Uma das vezes em que usou a camisa amarela foi quando o Palmeiras representou a seleção em jogo contra o Uruguai na inauguração do Mineirão, em 7 de setembro de 1965. O time verde paulista venceu por 3 a 0. Agora, Ademir vai fazer gols na Câmara Municipal de São Paulo, usando a camisa vermelha dos comunistas.

Nádia Campeão inaugura escritório político

A ex-secretária municipal de Esportes e Lazer de São Paulo, Nádia Campeão, estreou bem na disputa por uma vaga na Câmara Municipal da capital paulista. A inauguração de seu escritório político, no dia 14 de maio, foi uma festa concorrida, com a presença de mais de 150 lideranças populares da cidade. A festa já tinha tido uma prévia, no dia anterior, 13 de maio, quando Nádia recebeu, no escritório, técnicos e profissionais do setor do esporte. Foram mais de 200 pessoas que foram até lá manifestar seu apoio à sua candidatura.

Nádia quer que o escritório, situado à avenida Ibirapuera, nº 1292, na capital paulista, seja mais do que o quartel general de sua campanha, mas se transforme em um ponto de encontro onde as pessoas possam se reunir e discutir política e esporte.

Nádia deixou o cargo na Prefeitura de São Paulo no início de abril, em respeito à legislação eleitoral, para compor a chapa do PCdoB onde, com outros 30 candidatos, disputará a eleição de outubro — entre eles o vereador Alcides Amazonas, que concorre à reeleição, e o suplente de senador Wagner Gomes, vice-presidente da CUT.

Embora apoiando a reeleição da prefeita Marta Suplicy, o PCdoB decidiu lançar chapa própria para vereadores no pleito municipal, já ensaiando os passos para a eleição de 2006, quando deverá começar a valer a chamada cláusula de barreira, uma exigência de que os partidos obtenham no mínimo 5% dos votos válidos em âmbito nacional. (SS)

Briga de foice em São Paulo

As denúncias contra Paulo Maluf podem mudar o cenário em São Paulo. Elas favorecem José Serra?

Pode-se dizer que Paulo Maluf, que é um dos campeões da direita no Brasil, foi expoente da linha dura na ditadura militar de 1964 e virou sinônimo de corrupção e arbitrariedade, tem dois capitais: muito dinheiro e 20% dos eleitores paulistanos.

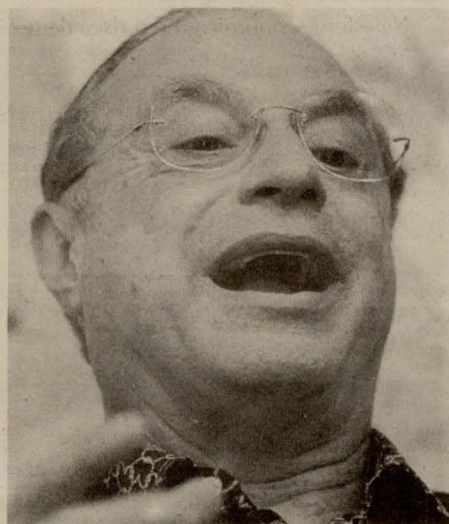
Os votos paulistanos podem ter diminuído (falava-se, no passado, em 30%), e chegado ao piso mínimo.

O dinheiro pode ter aumentado, a julgar pelas denúncias, comprovadas por documentos vindos da Suíça e da ilha de Jersey, de que ele manteria ilegalmente contas no exterior com dinheiro desviado de obras públicas quando foi prefeito de São Paulo, de 1992 a 1996, obtidas do superfaturamento principalmente da construção do túnel Ayrton Senna. Os valores são altos: num único dia, uma das contas recebeu um depósito de 345 milhões de dólares.

Estes elementos — dinheiro, corrupção e eleitorado cativo — podem formar uma receita explosiva para a eleição de 2004 em São Paulo, e há quem pense que o resultado pode ajudar o tucano José Serra.

Se Maluf concorrer, os conservadores vão divididos para a disputa, prejudicando José Serra, do PSDB. E facilitando a reeleição de Marta Suplicy, da coligação PT/PCdoB.

As denúncias recentes contra Maluf criaram o cenário que levou o hesitante José Serra a aceitar sua candidatura à sucessão de Marta Suplicy. O cálculo é que, se Maluf desistir de concorrer, ou for impedido, seu votos favorecerão um candidato do PMDB ou do PSDB. Por isso, diz a Folha de S. Paulo, a articulação em torno do nome de Serra ganhou força após as novas denúncias contra Maluf.



Paulo Maluf: receita explosiva

Mas Maluf teima e, desconsiderando mais este anúncio de seu enterro político, anunciou sua pré-candidatura, pelo Partido Progressista (que é o herdeiro, em linha direta, da Arena, que foi o partido oficial durante a ditadura).

Este é mais um lance da briga de foice em que os conservadores tentam melhorar sua posição na disputa pela sucessão de Marta Suplicy. A hierarquia tucana quer federalizar a eleição paulistana, transformando-a num julgamento do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas não tem, para isso, nenhum outro candidato viável a não ser José Serra. Cujas eventual vitória teria ainda, para alguns líderes daquela coligação conservadora (como os governadores Geraldo Alckmin, de São Paulo, e Aécio Neves, de Minas Gerais), a vantagem de afastar o senador tucano do páreo federal de 2006 (José Carlos Ruy).

O sentido da vida socialista - Sempre fui e sempre serei, mesmo que vivendo a pão e água, por uma sociedade mais justa, democracia não é só direito a voto, mas uma igualdade econômica e social. Abaixo o imperialismo norte-americano, que morram aqueles que vivem da miséria de um povo (nação). Paulo Simonelli, Bauru - SP

A caravana UNE em Campina Grande - Com imensa satisfação pudemos receber e debater, junto com o presidente da UNE, o tema pertinente da agenda atual de discussões, que é a Reforma Universitária. Também pudemos mostrar ao diretor de cultura da UNE (Thiago) o nosso espaço CUCA, que se situa às margens do açude velho — cartão postal da cidade. E é sempre procurando caminhos sinceros que estamos paulatinamente construindo um movimento estudantil representativo e de luta, caminhando para novas conquistas e aguardando ansiosamente o maior congresso da história da União da Juventude Socialista. Raphael Jerônimo, Campina Grande - PB

Fanfarrice do New York Times - É uma fanfarrice, uma verdadeira chanchada essa "artigo" (do New York Times), se é que podemos assim o chamar, desse "jornalista", se assim o for. Não bastassem as forças conservadoras que dirigem este país há 502 anos tentarem a todo custo instabilizar o governo, agora vem mais esse Larry Rother que transfere irresponsavelmente a história de vida de um lutador que venceu as últimas eleições para Presidência da República do Brasil num processo apoteótico, à imagem de um beberão. Ora, camaradas, digovos que o tal não tem a lucidez necessária para enxergar os rumos progressores que este país está tomando, e ainda, não tem o mínimo respeito para com o nosso presidente que é recebido no mundo inteiro como um estadista contemporâneo da mais alta importância, que é o presidente Lula. Jezanias Souza, Manaus - AM

Papel fundamental do PCdoB - O Partido Comunista do Brasil desempenha um papel fundamental na história do Brasil como pólo organizador das massas. E este instrumento de mudança jamais pode perder seu principal objetivo, que é a revolução socialista em sua primeira fase e depois comunista. Revolução comunista com as cores e a cara do Brasil. Vanessa Regina Sousa, São Paulo - SP

Ervália tem PCdoB - Ocorreu no dia 8 de maio, a fundação do Partido Comunista do Brasil em Ervália, Minas Gerais. Localizada na Zona da Mata mineira, Ervália é um grande pólo produtor de café que movimenta a economia da cidade, com população estimada em 20 mil habitantes. A organização do Partido veio da necessidade de representação da juventude, dos estudantes e dos trabalhadores na política local com vistas ao crescimento econômico e social do município de forma ordenada e contemplando as demandas da população por emprego, infra-estrutura urbana, cultura e lazer, melhores condições para o homem do campo. Os novos e entusiasmados camaradas de Ervália são o retrato do que pretende o PCdoB: ser a força conseqüente no caminho da mudança, na construção de um Brasil democrático, com emprego e desenvolvimento. Vereador Chê, Viçosa - MG

Errata: a foto da capa da edição 245, 5/5/2004, de A Classe Operária é de autoria de Maurício Moraes

NACIONAL

Reforçar a idéia do pacto nacional pelo desenvolvimento e emprego

RENATO RABELO*

Alguns acontecimentos recentes de importância no cenário internacional podem ter grande repercussão no Brasil. A política de guerra dos Estados Unidos, que causa certa instabilidade política no mundo e repercute no preço do barril de petróleo, também pode ter impacto sobre a situação brasileira. No plano econômico, aparece no horizonte uma redução da liquidez para os países de economias emergentes, como o Brasil, com elevação das taxas de juros nos Estados Unidos e disparada do preço do barril de petróleo. Isso pode ter forte impacto. Os juros nos EUA ainda nem subiram e já causam certos terremotos. E a China, que está com um aquecimento forte de sua economia, pode fazer um ajuste no ritmo de crescimento, o que terá consequências na economia mundial.

Também registramos, por sua importância, o resultado eleitoral na Índia, onde forças de centro e de esquerda derrotaram o governo de direita. O Partido Comunista (Marxista) passou de 33 para 44 deputados e o Partido Comunista da Índia aumentou sua bancada de 3 para 10 parlamentares. Estes dois partidos integram, com outros, uma Frente de Esquerda e passam a jogar o papel de fiel da balança na formação do novo governo. A Índia é um país importante, com 1 bilhão e 30 milhões de habitantes, e suas parcerias com o Brasil podem crescer ainda mais, com o governo que irá assumir, liderado por Sonia Gandhi.

No que diz respeito à conjuntura política nacional, a resolução do Comitê Central, aprovada no final de abril, expressa o grande problema atual, que é harmonizar o tempo político com o tempo econômico (ambos têm dinâmicas próprias). Há um anseio pelo desenvolvimento, emprego, distribuição de renda etc. e a política macroeconômica vigente não consegue atender a essa exigência nacional. Daí a proposta do PCdoB de estabelecer um pacto pelo desenvolvimento.

Para a disputa eleitoral do segundo semestre, a oposição conservadora se rearticula, reorganiza e vai, pouco a pouco, assumindo postura ofensiva. Seu centro é o PSDB — e o PSDB deve ser o nosso alvo nas eleições —, que considera que o governo Lula está se enfraquecendo. Os tucanos lançam seus candidatos principais na batalha pelas prefeituras, como é o caso do José Serra em São Paulo. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso vem assumindo postura de liderança máxima da oposição. Os opositores se valem dos meios de comunicação para disseminar a idéia de que o governo está sem rumo e é incompetente, ao tempo em que se arvoram de defensores da “moralidade administrativa”. Na economia, predicam a abertura ainda maior da conta de capitais, com a conversibilidade do real, e insistem nas teses da flexibilização das leis trabalhistas e independência do Banco Central.

Pelo lado governista, foi praticamente superada a crise do “caso Waldomiro”. Mas a base do governo vive momento de aumento das contradições e disputas, em especial no Senado. A tese da reeleição das presidências da Câmara e do Senado acabou complicando o processo de coesão entre os partidos que apóiam e compõem a administração federal. As disputas por interesses partidários e particulares ganham vulto, colocando em segundo plano questões nacionais, e contaminam a relação da base com o governo. Acabam

sendo proteladas questões importantes, como o Plano de Parceria Público-Privadas, a Lei de Falências, a Lei dos Transgênicos. Ocorrem também embaraços, como a rejeição no Senado da Medida Provisória que proibia o funcionamento dos bingos.

Buscando fortalecer suas alianças, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou reuniões e contatos com os presidentes dos partidos políticos da base, formou o Conselho Político e fez importante pronunciamento no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que está sendo valorizado pela sua gestão. As últimas pesquisas mostram estabilidade no prestígio do presidente Lula e seu governo. O apoio existe, assim como a confiança da população, mas também há a preocupação crescente, desencantos e indagação sobre para onde caminha o governo. No episódio da reportagem do *New York Times*, houve evidente tentativa de desmoralizar o presidente e seu governo, o que foi imediatamente rechaçado. A reportagem, leviana, pretendia minar a autoridade internacional do Brasil e a representação do seu papel crescente de importante líder no cenário mundial.

Na esfera econômica, há o risco de repercussões negativas da instabilidade externa. Índices financeiros começam a ser abalados, mesmo que conjunturalmente, como a queda nas bolsas, o dólar passando dos R\$ 3, o risco-Brasil — que havia caído para menos de 400 pontos — no patamar dos 700 pontos. Há melhoria e certo aquecimento da indústria, que atinge seu melhor resultado no mês de abril dos últimos 5 anos. Na agroindústria esse aquecimento já existia. O emprego vem registrando crescimento de ritmo nas pequenas e médias cidades. Lula diz que foram gerados 347 mil novos empregos, com carteira profissional assinada, o maior número desde 1992. O superávit comercial é mantido e passa a ter um caráter estrutural, o que reduz a vulnerabilidade externa, ainda bastante acentuada. Também são registradas vitórias no âmbito internacional, como a reversão da proposta original dos EUA para a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a resolução da Organização Mundial do Comércio favorável ao Brasil na disputa sobre o algodão norte-americano.

A vulnerabilidade externa, contudo, continua sendo um grande problema do Brasil. A dívida externa brasileira de curto prazo é de 100 bilhões de dólares e a reserva bruta é de 50 bilhões de dólares. A relação dívida líquida pública/PIB chegou a 58%. A instabilidade econômica pode afetar e parar a política de quedas de juros que vem sendo adotada, além de obrigar o país a utilizar suas pequenas reservas e continuar sob a batuta do Fundo Monetário Internacional (FMI). Com isso, fica difícil o país sair do círculo perverso em que foi metido pela orientação macroeconômica neoliberal vigente há mais de uma década.

O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, diz que a crise internacional não afetará o país, pois os juros estão mais baixos, a inflação contida, os superávits assegurados. O próprio presidente Lula afirma que não vai mudar de orientação, porque a até agora adotada deu resultado mais certo do que

errado. Contudo cresce a exigência da retomada do desenvolvimento, da geração de empregos e da recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores. Neste contexto, a fixação do novo valor do salário mínimo é uma sinalização que tem implicações políticas. Não pode prevalecer o juízo puramente econômico. O crescimento depende de investimento e de aumento do consumo. A austeridade fiscal não pode ser a lógica absoluta e a renda média da população caiu muito. É necessário ter sensibilidade para o momento político. Sinalizar para o lado das sentidas exigências do povo. As pesquisas indicam que 84% da população desaprovam o reajuste do salário mínimo para apenas R\$ 260. É preciso indicar para o povo que estão sendo adotadas medidas visando ao crescimento, e 60% da mão de obra ativa do país recebem salários no valor de até 2 salários mínimos.

O Partido Comunista do Brasil insiste na necessidade de o país adotar um projeto nacional de desenvolvimento, com inclusão social e aprofundamento da democracia. Projeto de tal envergadura não diz respeito apenas à macroeconomia, mas abarca um conjunto de relações, muitas das quais estão presentes no atual governo, embora ainda não façam parte de um sistema integrado. Lula abraça a idéia do Estado como indutor do desenvolvimento, o Plano Plurianual compõe um projeto de desenvolvimento nacional, e assim a política industrial, tecnológica e de comércio exterior, bem como o modelo energético e os planos de investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Mas é necessário destravar os investimentos e aí entra a orientação macroeconômica, pois vem impondo um ritmo muito lento aos planos, impedindo que deslanchem. A austeridade fiscal e monetária muito rígida impede que os investimentos sejam destravados, não permitindo “fechar” as bases para um novo projeto de desenvolvimento nacional.



Renato Rabelo

Arquivo

Faz-se necessário um centro de controle governamental desse processo de transição à nova alternativa para o desenvolvimento e unificação da base política para garantir sua implementação. Sem forjar uma forte coalizão integrada por amplo espectro político, o governo não conseguirá trilhar o novo projeto. Colocar o crescimento econômico e a geração de empregos como centro dessa atuação, forjando um pacto nacional amplo que possibilite construir um movimento que reúna amplas forças.

Para a campanha eleitoral nos municípios, as principais alianças do PCdoB estão sendo realizadas com o PT. Vamos trabalhar pela vitória do campo de apoio ao governo e do nosso Partido. Daremos atenção especial para as reivindicações dos trabalhadores, da população que sofre com o desemprego, salários e rendimentos insuficientes, falta de condições de transporte, moradia, saúde, saneamento, segurança.

Desta feita, os comunistas concorrem à prefeitura em quatro capitais: Fortaleza/CE (Inácio Arruda), Manaus/AM (Vanessa Grazziotin), Rio de Janeiro/RJ (Jandira Feghali) e Teresina/PI (Robert Rios). O PCdoB terá candidatos a vice-prefeitos no Recife/PE, Aracaju/SE, Salvador/BA, Florianópolis/SC, João Pessoa/PB, Natal/RN, Boa Vista/RR e, possivelmente, Rio Branco/AC. Os comunistas disputarão também prefeituras de grandes cidades do interior e de regiões metropolitanas, como é o caso de Olinda (PE), onde a prefeita Luciana Santos disputa a reeleição. O Partido tem ainda, como objetivo, triplicar o número de parlamentares municipais — atualmente, há cerca de 300 vereadores filiados ao PCdoB em todo o país. Deveremos realizar, no próximo mês, um seminário com todos os nossos candidatos, para discutir as estratégias de campanha e as questões a serem incorporadas nos programas municipais de governos.

*presidente do PCdoB, intervenção na 24ª reunião da Comissão Política do PCdoB, dia 15 de maio de 2004

Carta a Lula

O presidente do PCdoB, Renato Rabelo, enviou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a seguinte mensagem: *Em nome do Partido Comunista do Brasil, quero transmitir a nossa profunda solidariedade diante do ataque grosseiro e calunioso desferido pelo jornalista Larry Rothenberg, correspondente do jornal The New York Times, à sua pessoa, sua família e à própria instituição da Presidência da República do Brasil.*

Consideramos a medida adotada pelo governo, de cassar o visto de permanência desse correspondente norte-americano, acertada e apropriada à gravidade do fato. O que está em tela é uma ofensa estúpida e preconceituosa à honra do chefe de Estado brasileiro, sendo, deste modo, o mesmo que ofender a honra nacional. A justa resposta governamental corresponde à atitude altaneira que qualquer país, que preserve sua dignidade, deve proceder. Essa reportagem leviana e adrede preparada visa minar, de uma forma ou de outra, a autoridade internacional do Brasil e a representação do seu papel crescente de importante líder no cenário mundial. Fica nítido que este jornal anda desgostoso

com a nova política externa, tão bem conduzida por seu governo, que não segue a cartilha do mandonismo imperial. Procura atingi-lo tentando minar sua honra e autoridade — o velho caminho da propaganda fascista.

Nem o jornal nem o jornalista esboçaram qualquer gesto de retratação ou desculpa. Pelo contrário, até o momento, agem em defesa da sua prática imperial e insolente. Também não constitui novidade que se ouça internamente o coro afinado e estridente da subserviência ao império, das suas instituições e valores, daqueles que, agitando a cínica bandeira da defesa da “liberdade de imprensa”, estão sempre prontos para demonstrar sua cumplicidade com o modismo do status dos poderosos e dominantes, em detrimento da dignidade nacional.

Neste momento precisamos, mais ainda, nos unir para derrotar o preconceito de país inferior, o espírito colonialista que se expressa neste episódio montado por esse jornalista a serviço da potência hegemônica.

Diante desta circunstância, que requer a defesa da honra e da autoridade do presidente da República e da dignidade do nosso país, o PCdoB, com a sincera amizade e o apoio decidido do PCdoB, construídos na nossa longa convivência de aliança política.

MOVIMENTOS

A Conferência das Mulheres e o exercício da democracia

Ela ocorre no Ano da Mulher e lembra que "Faz diferença acabar com a indiferença".

LIÈGE ROCHA*

Está em curso a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através de Decreto de 19 de dezembro de 2003, com o objetivo de "propor diretrizes para fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres".

Como bem diz a ministra Nilcéa Freire na Apresentação do Documento-Base *Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais*: "A convocação desta Conferência se dá em um momento em que o Brasil tem à sua frente o desafio de realizar profundas transformações na estrutura da sociedade brasileira, exigidas pela população quando elegeu, em 2002, um governo democrático e popular. Não tínhamos a ilusão de que essas transformações iriam ocorrer de forma instantânea e milagrosa, de um momento para o outro. Acreditamos em uma mudança concertada coletivamente; por isso a proposta de realização desta I Conferência Nacional".

A resposta à convocação da I Conferência foi positiva. Já estão marcadas todas as Conferências Estaduais e, até agora, plenárias municipais e/ou regionais foram realizadas en-

volvendo cerca de 2000 municípios. No Acre, todos os municípios realizaram plenárias e, no Espírito Santo, dos 78 municípios do estado, setenta e sete participaram do processo.

Na Região Metropolitana de São Paulo a mobilização já atingiu quase a totalidade dos municípios, que representam 48% da população do estado.

A adesão nos municípios tem sido surpreendente com participação massiva de diversos segmentos — feministas, de luta anti-racista, geracional, sindical do campo e da cidade, indígena, quilombola, comunitário — levando suas reivindicações e contribuições ao debate, fortalecendo suas organizações, demonstrando o potencial que as mulheres têm para se integrarem num amplo movimento em busca da igualdade e de mudanças.

O processo da Conferência possibilitou reanimação das instâncias e mecanismos institucionais de políticas para as mulheres, com a reestruturação e surgimento de Conselhos dos Direitos das Mulheres em vários municípios. Por outro lado, como os governos estaduais são os responsáveis pela convocação das conferências, isto fez com que, em muitos estados, instâncias governamentais do executivo se envolvessem

nas Comissões Organizadoras locais e fossem sensibilizadas pela discussão de políticas públicas para as mulheres e de gênero.

As Conferências Estaduais deverão contemplar, nos debates, a análise da realidade para a construção da igualdade assim como a avaliação do impacto das políticas públicas na vida das mulheres, tendo sempre presente "a perspectiva não-racista, não-sexista, não-homofóbica e incorporando a diversidade étnica".

Na Conferência Nacional, cujo tema será "Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero" e que se realizará nos dias 15, 16 e 17 de julho, na Academia de Tênis, em Brasília, acontecerão painéis e 20 grupos que debaterão os seguintes pontos:

- Enfrentar a pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra;
- superar a violência contra a mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de segurança;

- promover o bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais e recursos naturais;

- efetivar os direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos;
- desenvolver políticas de educação, de cultura, de comunicação e produção do conhecimento para a igualdade.

As(os) representantes das várias regiões do país serão contempla-

das(os) na abertura com apresentação da cantora Margareth Menezes e, no dia 16, poderão assistir a um show com Elba Ramalho, aberto ao público em geral.

A Conferência acontece no Ano da Mulher, como um amplo exercício da democracia, envolvendo mulheres e homens e lembra que "Faz diferença acabar com a indiferença".

*do Comitê Central do PCdoB, ex-presidente da União Brasileira de Mulheres

PERFIL

A cara do jovem brasileiro

Às vésperas do 12º Congresso da UJS, pesquisa mostra que emprego e segurança são os maiores problemas

CARLA SANTOS*

O Brasil continua sendo um país de jovens. Mas o que pensam e quem são eles? Para responder a esta pergunta, o Projeto Juventude, do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Microempresa), e o Instituto da Cidadania (IC) foram ouvir jovens entre 15 e 24 anos, numa pesquisa realizada entre 22 de novembro e 8 de dezembro de 2003, cujos resultados foram divulgados recentemente. Foram 3.501 entrevistas, em 198 cidades, 9 regiões metropolitanas, 25 estados da Federação e no Distrito Federal (DF). E os resultados foram comparados com dados de outra, também sobre a juventude, realizada pela Fundação Perseu Abramo em 1999.

É um verdadeiro raio X da juventude brasileira; ele deixou claro, primeiro, que os jovens gostam de sere jovens: para 74% dos entrevistados, há mais coisas boas do que ruins nessa fase da vida. A principal, para 45% deles, é não ter preocupações, nem responsabilidades; para outro grupo (que representa 16% do total), é poder trabalhar; e para 2% poder lutar pelos seus objetivos. Na hora de apontar o lado ruim, 20% dos entrevistados mencionaram a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Já para 26% não há nada de ruim.

Entre os assuntos que mais interessam está, em primeiro lugar, educação (38%); depois, quase empatado, emprego (37%). Cultura e lazer aparecem com 27% e esporte com 21%. Já governo/política, sexualidade e até sexo — dá pra acreditar! — aparecem com somente 7%.

O que a rapaziada anda procurando na vida é um curso de nível superior e um emprego que ofereça alguma perspectiva. Esta constatação repete dados frequentes nos noticiários, como aqueles do Ministério do Trabalho segundo os quais 50% dos jovens estão desempregados. A comparação com os dados da pesquisa do Sebrae/IC de 1999 mostra que o número de jovens desempregados cresceu 6 pontos percentuais: naquele ano, eram 32% dos entrevistados; em 2003, são 38%. Somando esses 38% àqueles que buscam o 1º emprego, chega-se a 40% dos entrevistados sem trabalho.

Mas o que é trabalho para os jovens? Para 64% é necessidade; para 55%, independência; somente 29% é auto-realização. Destaca-se que, entre aqueles que vêm no trabalho uma necessidade, estão os jovens que têm até a 4ª série de escolaridade e renda de até 2 mínimos. Entre os que vêm no trabalho auto-realização estão os que possuem escolaridade superior e renda acima de 10 mínimos.

Entre os problemas que mais preocupam os jovens estão: violência 55%, emprego 52%, drogas 24%, crise econômica 10% e questões sociais 5%. Na escolha dos assuntos que gostariam de discutir com os amigos estão, por um lado: drogas (46%), sexualidade (45%), esportes (43%), política (14%); e por outro: relacionamentos amorosos (51%), violência (50%), futuro profissional (47%) e globalização (12%).

Entre os temas que os jovens querem ver debatidos na sociedade estão: educação (50%), desigualdade (45%), drogas (42%) e política (41%); ou violência (63%), globalização (44%), futuro profissional (37%), reforma agrária (27%) e relacionamentos amorosos (7%).

Os dados também mostram ser pequena a participação de jovens em organizações, entidades ou grupos: 85% deles não participam. Entre os 15% que participam, a igreja está na frente, com 4%; depois, vem música (3%), dança (2%), teatro (2%). Há ainda 2% que participam do movimento estudantil, sendo que 9% já participaram e 45% não participam mas gostariam de participar. A grande maioria dos entrevistados (60%) gostaria de participar de conselhos ou grupos ligados à educação e à saúde; 57% gostariam de participar de grupos de meio-ambiente. Apenas 1% participa de partidos políticos; 3% já fizeram parte e 84% nunca participaram e não gostariam de participar.

Isto é, embora o jovem não se veja atuando ou discutindo política entre os amigos, ele considera o assunto importante. Este é o desafio para as gerações jovens e engajadas da atualidade: ganhar a juventude para a idéia de que ela pode ser mais do que uma mera espectadora dos acontecimentos, de que a sua opinião e participação são muito importantes para que sejam vencidos a violência, o desemprego e tantos outros problemas identificados pelos próprios jovens ao longo da pesquisa apresentada.

* Presidente da CBES de 1999 a 2001 e membro da direção nacional da União da Juventude Socialista

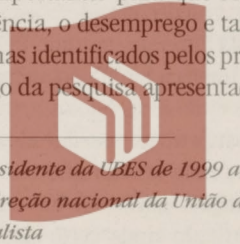
MATERNIDADE

A tragédia das mães jovens

A ONG Save the Children (Salve as crianças) divulgou no início de maio um relatório sobre a situação das mães no mundo onde revela que um milhão de bebês nascidos de mães entre 15 e 19 anos, além de 70 mil meninas grávidas, morrem no mundo todos os anos, por causa de complicações durante a gravidez ou parto.

O Brasil está na 45ª posição do ranking anual sobre a maternidade, que classifica o bem-estar de mães e filhos em 119 países. O estudo leva em conta indicadores como maternidade materna, uso de contraceptivos e alfabetização feminina, e mostra que os melhores países para as mães e seus bebês são Suécia, Dinamarca e Finlândia; o pior é a Nigéria.

A gravidez na adolescência e suas conseqüências também foram analisadas. Os EUA, entre os países industrializados, têm a maior taxa de maternidade prematura — 5% das jovens entre 15 e 19 anos. As nações com mais registros de casamento e maternidade na adolescência são as da África subsaariana — como Nigéria e Uganda, onde uma em cada cinco jovens engravida por ano. No Brasil, 17% das adolescentes nessa faixa etária estão casadas ou já se casaram alguma vez. "Para muitas jovens, a maternidade é uma tragédia ou mesmo uma sentença de morte", afirma Mary-Beth Powers, assessora de saúde reprodutiva da Save The Children. Por isso, os bebês "de mães adolescentes correm 50% mais risco de morte antes de completar um ano do que os nascidos de mulheres acima dos 20 anos", diz.



Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

CONSELHO POLÍTICO

Espaço para o diálogo

Na reunião com os aliados, Lula ouve críticas à política econômica

RITA POLLI, DE BRASÍLIA

A primeira reunião do Conselho Político com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva levou ao Palácio do Planalto, no dia 5 de maio, os presidentes dos partidos da base aliada no Congresso Nacional. Os ministros Aldo Rebelo (Coordenação Política), José Dirceu (Casa Civil) e Antonio Pallocci (Fazenda) também participaram do encontro, que Lula afirmou ser o primeiro de uma série para intensificar o diálogo e a troca de informações pois, disse, "só os sinceramente interessados apontam os erros". Estiveram presentes Miguel Arraes (PSB), José Genoíno (PT), Renato Rabelo (PCdoB), Pedro Correa (PP), Waldemar da Costa Neto (PL), Roberto Freire (PPS), Roberto Jefferson (PTB), José Luiz de França (PV), Everaldo Dias Pereira (PSC) e Maguito Vilela (no lugar de Michel Temer, pelo PMDB).

Na ocasião, Pallocci defendeu a política econômica atual e a necessidade do ajuste fiscal para contornar a situação difícil encontrada como consequência dos planos econômicos dos governos anteriores. Ele explicou que a relação dívida/PIB vem caindo e vai continuar em declínio, chegando ao nível da Europa, como um dos objetivos perseguidos pela Fazenda. Para ele, essa dimi-



Conselho Político reuniu-se com o presidente Lula

nuição vai ampliar a margem para a queda dos juros. Com o FMI, o Ministro informou que a idéia é fazer planos pilotos com retorno de aplicações e investimentos em áreas produtivas antes considerados como despesas, mas que agora, com retorno, serão vistos como investimentos, a exemplo do que acontece com a Petrobras. Segundo o ministro, nos últimos dez anos este foi o menor índice de juros alcançados no país e isso precisa ser reconhecido.

A despeito da defesa feita por Pallocci, Lula ouviu de seus aliados numerosas críticas à política econômica. Roberto Freire, do PPS, considerou-a uma "continuidade da política que nós, na campanha, fomos contra". Já o presidente do PT, José Genoíno, defendeu a condução da economia.

Renato Rabelo, presidente do PCdoB, levou a proposta do partido de redirecionamento da política macroeconômica, e a necessidade de se levar em conta que existem questões políticas e econômicas de curto e médio prazos. Ele afirmou que o PCdoB acredita no refinanciamento do Estado para

destravar investimentos públicos e privados. E que "uma política macroeconômica de juros muito altos e superávits elevados trava o desenvolvimento". Lembrando a importância do tempo político, do tempo econômico e social, disse que a economia não pode ficar só em termos puramente econômicos: "É preciso flexibilizar a dinâmica econômica para que ela seja condizente com a exigência de crescimento da sociedade".

"Concordamos que o prazo de um ano e meio de governo é pouco. Em quatro anos é possível lançar bases e diretrizes mais sólidas para fazer com que o Estado ocupe pouco a pouco o lugar de indutor do desenvolvimento", disse Renato, e completou: "Se o Estado não assume essa posição, a iniciativa privada não vai fazer isso, pois o Brasil é peculiar, diferente de países ricos, como os Es-

tados Unidos e alguns europeus, que têm grandes grupos econômicos e onde o Estado joga um papel auxiliar nessa questão".

A formação do Conselho Político estava prevista desde antes da eleição de 2002 como espaço para a discussão dos rumos gerais do país e do governo, numa perspectiva de médio e longo prazos. Lula pediu o apoio dos partidos para reforçar as iniciativas de combate aos problemas enfrentados pelos jovens. Mostrou que o governo tem 58 programas dirigidos à juventude e é necessário haver uma coordenação entre eles. Ele destacou que 98% das crianças entre 7 e 14 estão matriculadas em escolas, mas 43% dessas não conseguem concluir o primeiro grau.

Lula mostrou-se sensível às preocupações mostradas pelos representantes dos partidos. Reafirmou que o espaço de diálogo será permanente para que questões mais pontuais sejam discutidas com tempo. Ele vê como promissoras as críticas e acredita que só os sinceramente interessados apontam os erros e isso chega a ser produtivo e bem aceito pelo governo. Também segundo o ministro de Coordenação Política, Aldo Rebelo, todos os presidentes de partidos terão no Conselho espaço para debater e, inclusive, criticar medidas do governo. "O governo e o presidente recebem as críticas de qualquer setor com espírito democrático e humildade. O governo deve ter esse espírito para recolher as críticas", ressaltou. Além do Conselho Político, o ministro afirmou que o governo vai continuar utilizando outros instrumentos para negociar com os parlamentares aliados, como as reuniões com líderes e bancadas de partidos. "O Conselho é apenas uma instância que democratiza o diálogo e a troca de opiniões".

BINGO

PSDB e PFL liberam a jogatina

21 dos 33 senadores que derrubaram a MP que proibia o jogo eram da aliança conservadora

Quem assistiu à TV Senado na tarde de 6 de maio, pôde assistir ao espetáculo paradoxal de senadores do PFL e do PSDB na tribuna daquela casa tentando explicar o inexplicável. Eles formaram a maioria que, na noite anterior, votou pela volta da jogatina ao rejeitar a Medida Provisória nº 168/04 que proibia o bingo e jogos eletrônicos em todo o Brasil, mas tentavam convencer que o governo, não eles, é que queria liberar o jogo no país! É uma dúvida que se desfaz com a mera conferência da lista dos votantes:

Lá estão onze senadores do PFL (toda a bancada do partido), dez senadores do PSDB; seis do PMDB; três do PDT; um do PL; e dois do PSB. Entre os senadores que votaram a favor do bingo, 21 são daqueles dois partidos (PSDB e PFL) que formam o núcleo da oposição de direita ao governo Lula.

Foi a sociedade que eles derrotaram, não o governo — essa foi a reação da Presidência da República, pela voz do ministro Aldo Rebelo, contra a rejeição da Medida Provisória. A responsabilidade e o compromisso de parlamentares do PSDB com a jogatina não é recente. Ela foi introduzida no país pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que assinou a lei 9.615, de 1998, autorizando a atividade. Agora, a aliança da jogatina manifesta compromisso semelhante com o jogo de azar, mas diz que agiu em nome dos desempregados, como explicou com cinismo o senador José Agripino, um dos líderes da conspiração iniciada em fevereiro contra José Dirceu e contra Lula!

Entre as suspeitas contra a jogatina há

fortes indícios de ligação com tráfico de drogas, com máfias internacionais, sonegação de impostos e remessa irregular de divisas para o Exterior. Elas são reforçadas por investigações policiais feitas na Itália através da Operazione Malocchio (operação mau-olhado) da Direção Investigativa Antimáfia (DIA). São ações que buscaram indícios dessas atividades ilícitas em vários países, entre eles o Brasil onde, desde 1998 a Justiça italiana faz gestões para descobrir se empresários da jogatina instalados no país, particularmente o espanhol Alejandro de Ortiz Fernandez e de seus filhos brasileiros Alejandro de Viveiros e Johnny Viveiros Ortiz, tem envolvimento com a lavagem de dinheiro. Eles tiveram autorização do governo de FHC para importar da Espanha máquinas caça-níqueis, em sociedade com os italianos Lillo Rosario Lauricella (siciliano), Julian Filippeddu (calabrês) e seu irmão François, nascido na Córsega. Os três, segundo a justiça italiana, faziam parte de um ramo da máfia liderado por Fausto Pellegrinetti que teria arrecadado 40 milhões de dólares em atividades ilegais. Desse total, ele teria enviado 10 milhões para o Brasil, onde comprou cerca de 35 mil máquinas de jogos.

Com o voto daquelas três dezenas de brasileiros com assento no Senado, o Brasil volta a ser, como foi sob FHC, um paraíso para as atividades ilegais ligadas ao jogo — contra as quais o governo do presidente Lula não ficará parado e vai, como anunciou o ministro da Coordenação Política Aldo Rebelo, adotar todas as medidas legais para impedir que isso volte a se concretizar (José Carlos Ruy).

COMÉRCIO EXTERIOR

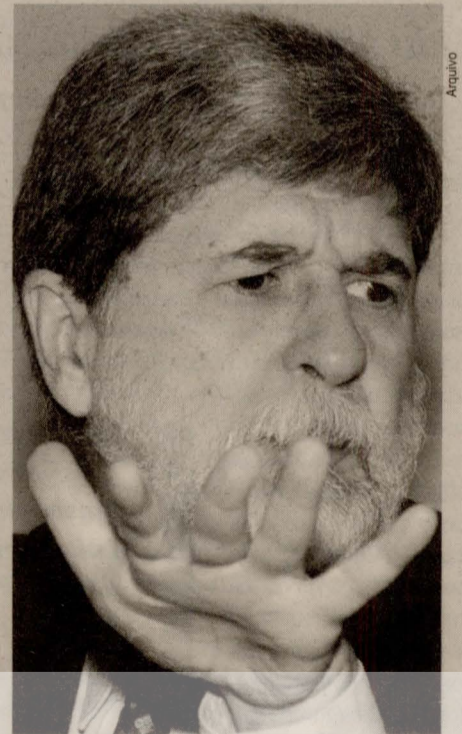
Mercosul e Egito negociam acordo de livre-comércio

Lula convida o presidente do Egito para participar da Cúpula do Mercosul, em dezembro

A reunião realizada na cidade do Cairo, no Egito, em 8 de maio, foi um forte passo para o estreitamento de relações comerciais entre o Mercosul, o Egito e os países árabes. O encontro dos 22 chanceleres da Liga dos Estados Árabes teve a participação do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim que, ao final, informou que um acordo de livre comércio entre o Egito e o Mercosul está em processo inicial de negociação. Amorim levou um convite do presidente egípcio Hosni Mubarak — que nunca esteve na América do Sul — para participar da Cúpula Mercosul marcada para dezembro, em Ouro Preto (MG).

Para o ministro brasileiro, as perspectivas de negócios entre o Brasil e o Egito são muito boas. "Se as nossas exportações mantiverem o ritmo atual, devem chegar a 700 milhões de dólares este ano". Durante a reunião, Amorim também tratou da paz no Oriente Médio, adiantando que a diplomacia brasileira nomeou um embaixador para discutir a questão. "Temos consciência de que o Brasil não pode ter um papel central neste processo. Nós podemos no máximo ajudar um pouco, desde que haja um processo", ponderou.

Foi debatida também a organização da Cúpula entre chefes de governo árabes e



Amorim: ajuda à paz

sul-americanos marcada para dezembro, no Brasil, cuja pauta terá temas como cooperação, finanças, ciência e tecnologia, cultura e o fortalecimento do diálogo entre as duas regiões. "Estamos muito empenhados nesta iniciativa", afirmou Amorim (Luciana Vasconcelos / Agência Brasil).

INTERCÂMBIO

Um operário brasileiro na China

Vital Nolasco, membro da delegação chefiada por Ronald Freitas, viu de perto o crescimento e os desafios de um país em construção acelerada

ENTREVISTA A CARLOS POMPE

A nos atrás, o PC chinês concluiu que o país enfrentava dificuldades econômicas e muita pobreza. "Planejou, então, dar um salto na criação de riquezas, pois não queria o socialismo baseado na igualdade da pobreza. Decidiu pela abertura econômica e pela competição", disse Vital Nolasco, operário e secretário de Finanças do PCdoB. Ele integrou a delegação dirigida por Ronald Freitas, secretário de Relações Institucionais do Partido que visitou a República Popular da China entre 25 de abril e 1º de Maio. Puderam ver de perto o resultado das mudanças empreendidas e também realizar intercâmbio de informações e estreitar a cooperação e amizade entre o Partido Comunista do Brasil e o PCCh.

Vital voltou entusiasmado com o que viu e com os contatos que fez. "Além das reuniões com dirigentes do partido chinês, visitamos empresas da área de exploração e pesquisa de petróleo, alimentação e minerais. É um desenvolvimento estupendo, com alto patamar de excelência".

Ex-vereador na capital paulista, e dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Vital observa que "foi criado um sistema de competição na China, envolvendo inclusive técnicos, como em outras áreas da economia e da sociedade", dando origem a uma classe média de mais de 100 milhões de pessoas com alto poder aquisitivo.

Em Beijing, as lojas de departamento e shoppings têm de tudo para atender à deman-



O mausoléu de Mao Zedong, em Beijing

da desse pessoal. Há também mercados populares, como lojas que abrigam os antigos camelôs (ainda existem alguns, que são poucos). O governo incentiva o pequeno comércio individual e, nesses mercados populares, há de tudo — é como o Brás em São Paulo. Caravanas de várias províncias compram para revender os produtos em suas regiões".

Em Beijing, a circulação dos turistas é facilitada pelas sinalizações em chinês e em inglês, e "vários vendedores falam inglês", diz Vital. "Mas é fundamental pechinchar. Comprei uma calça, que me foi oferecida por 170 ienes, por 70 ienes (o equivalente a menos de R\$

30,00), depois de barganhar muito com o vendedor. Visitei também o mercado de pérolas, que é como eles chamam um local de comércio popular que vende frutos do mar e artesanato a preços baixos. Ali a pessoa pode comprar, vivos, peixe, enguia, camarão, lagosta, tartaruga, além de jóias, bijuterias, souvenirs e produtos artesanais variados".

O poder aquisitivo da maioria da população é baixo. Mas, além dos salários, os trabalhadores têm muitos benefícios indiretos. Saúde, educação, transporte, são bastante baratos. "Precisei comprar um antiácido, pelo qual pago R\$ 16,00 no Brasil, que me custou o equivalente a R\$ 3,00! O ensino, que começa aos 6 anos de idade, é gratuito até os 15 anos e o governo tem um programa de incentivo, especialmente para

as populações rurais. Em Beijing, o morador que 'adotar' um estudante rural, garantindo-lhe a moradia e alimentação, recebe um incentivo do governo", relata.

Vital também ficou surpreendido com a questão da segurança pública na capital chinesa: "Não há problema de violência: vi pouquíssimos policiais fardados, mas vi muitos jovens e crianças circulando tranqüilamente pelas ruas, assim como idosos fazendo exercícios físicos nas praças, parques e estações do metrô, onde é muito comum ocorrerem

Com mais de 11 milhões de habitantes, Beijing é um verdadeiro canteiro de obras, com mais de 5 mil construções em andamento. Parece que todos os guindastes do mundo estão lá, espanta-se o comunista brasileiro

as ruas, assim como idosos fazendo exercícios físicos nas praças, parques e estações do metrô, onde é muito comum ocorrerem

Incrementar as relações comerciais

Lula leva para a China uma missão comercial recorde de 421 empresários, ministros e governadores. Renato Rabelo integra a delegação

"E stamos completando 30 anos de boas relações entre o Estado brasileiro e o Estado chinês. E que há uma determinação dos dois países que nossas relações tem que ser relações estratégicas, pensadas não apenas do ponto de vista comercial, mas do ponto de vista tecnológico, militar, cultural, que seja uma aliança efetivamente ampla", disse o presidente Lula ao falar a jornalistas, no começo de maio, sobre a viagem à China marcada para os dias 23 a 27 de maio. O presidente será acompanhado por uma comitiva de 421 empresários, além dos governadores de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Piauí, de oito ministros, incluindo Antônio Palocci (Fazenda), Guido Mantega (Planejamento) e Luiz Fernando Furlan (Indústria e Comércio), dos presidentes da Petrobras, Banco do Brasil, Embrapa e BNDES. Renato Rabelo, presidente do PCdoB também fará parte da comitiva presidencial.

Esta será a maior missão brasileira feita até hoje; a maior antes dela teve 150 empresários. "Esta será uma das mais importantes viagens de negócios ou de política que estamos fazendo", disse o presidente, referindo-se também à importância estratégica para a geopolítica mundial do fortalecimento

As exportações brasileiras para os países visitados por Lula tiveram aumento de 60%. Por isso, esta tem tudo para ser a grande viagem do ano. Em 2003, as exportações brasileiras para a China chegaram a 4,5 bilhões de dólares

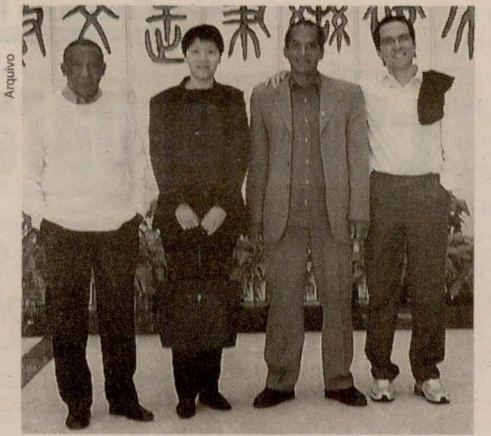
entre o "maior país em desenvolvimento do hemisfério ocidental e o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental". Entre as afinidades comerciais, Lula destacou o interesse dos chineses em investir em infra-estrutura no Brasil, no agronegócio e na cooperação em áreas como a espacial e de troca de tecnologias.

Desde o início do governo, o presidente fez 29 viagens para países da África, América do Sul e Oriente Médio, e os resultados são compensadores: as exportações brasileiras para aqueles países cresceram 60% entre janeiro e abril deste

ano em relação ao mesmo período do ano passado. "Em função desse sucesso, a China tem tudo para ser a grande viagem neste ano", reafirmou. Em 2003, a China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil: as exportações brasileiras para o gigante asiático pularam de 1,1 bilhão de dólares em 2001 para 4,5 bilhões em 2003.

Para Lula, é fundamental encarar a China como um parceiro importante também no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio) e nas posições estratégicas internacionais, como no pedido de reformulação do Conselho de Segurança da ONU. "O Brasil tem força suficiente, junto com esses parceiros, de conversar de igual para igual com aqueles que sempre determinaram a lógica comercial do mundo econômico."

A agenda do presidente na China inclui reuniões com o presidente Hu Jintao, a participação no seminário "Brasil-China: comércio e investimento. Perspectivas para o Século XXI", a instalação do conselho Empresarial Brasil China e de uma exposição de arte indígena brasileira. Um outro evento considerado relevante pelo presidente é a Conferência do Banco Mundial sobre combate à pobreza. Lula fará a abertura do evento.



Vital (de paletó) com a delegação brasileira

apresentações de corais, músicos e artistas. O povo é muito alegre e amável. Se você cumprimenta, é retribuído. Se perguntar se a pessoa comeu bem, é o início de uma relação bastante amigável — os chineses são muito marcados pela fome que passaram no passado, e por isso gostam que se interessem pela alimentação deles. Aliás, eles têm uma referência muito positiva a respeito do presidente Lula, porque assumiu o compromisso de garantir pelo menos três refeições diárias aos brasileiros, até o fim de seu governo. Andam bem vestidos, calçados e alimentados. Só vi um mendigo, catador de papel, nas ruas. Os jovens pintam os cabelos, andam na moda como em qualquer outro lugar do planeta".

O transporte público também o impressionou. "Os trens do metrô de Beijing são mais antigos do que os de São Paulo, mas a manutenção e limpeza não deixam nada a desejar, e o preço da passagem é mais barato do que na capital paulista. A frota de ônibus está sendo renovada. A bicicleta tem faixa exclusiva para circulação, mas está sendo substituída pelos automóveis, que já são 1,5 milhão nas ruas. O trânsito ainda é caótico e muito lento e os motoristas chineses são de uma tranqüilidade invejável no volante. Isso é fundamental, porque somente a partir de junho haverá punições para infrações de trânsito — por enquanto, embora exista legislação, não existem penas para quem não a seguir. Assim, ultrapassar um sinal vermelho, por exemplo, não é punido... Os motoristas buzina muito, porém não gritam e nem ficam se xingando nas ruas por causa das trapalhadas que fazem. Deixam rodar. Também facilita o trânsito o fato de os caminhões só circularem à noite, sendo proibidos de trafegar durante o dia".

Vital visitou o túmulo do principal dirigente revolucionário chinês, Mao Zedong, "que é impressionante! Há uma fila enorme para ver seu corpo embalsamado (parece que está dormindo). Chegam caravanas de todas as partes e as pessoas o homenageiam com flores".

Os números na China são sempre fabulosos. Em fins de 1998, a população do país, a maior do mundo, era de 1 bilhão, 248 milhões e 100 mil habitantes, sem incluir Hong Kong, Macau, Taiwan. Isso representava 22% da população mundial. "O país consome, atualmente", conta Vital, "40% do cimento produzido no mundo e 17% do cobre, alumínio e outros materiais de construção. Os bairros mais precários estão sendo modernizados. Em 2003, foram criados 7 milhões de novos empregos e para este ano está prevista a criação de outros 9 milhões", embora os chineses enfrentem problemas de crescimento e tenham que desacelerar esse ritmo porque a infra-estrutura ainda é insuficiente para acompanhá-lo. "Por exemplo, se a frota de veículos continua crescendo, haverá problema com o petróleo".

O metalúrgico comunista achou "muito interessante a organização política do país. O povo confia que seus problemas serão resolvidos pelo Estado e pelo partido. A forma de eleição também é muito particular: cada 15 pessoas podem indicar um candidato, que não precisa ser comunista, a assembleia distrital, as instituições eleitorais elegem o parlamento municipal; os parlamentares municipais elege os da província, que elege os nacionais".

CHINA

Anotações de uma viagem à grande nação

O crescimento chinês, em taxas invejáveis, exige reflexão e estudo

RONALD FREITAS*

Acabo de chegar de uma viagem de trabalho à China. A China está na moda. É o país que mais cresce no mundo, está entre os maiores importadores de vários produtos, com destaque para aço, alimentos, cimento e petróleo, entre tantos outros. Além disso, é também um grande exportador. Em qualquer parte do mundo se encontram as famosas mercadorias "made in China", que vão de guarda-chuvas, confecções, brinquedos, artigos eletrônicos e outros produtos de maior valor agregado, como softwares e medicamentos. Sua economia cresceu, em média, a invejáveis 9% ao ano durante os últimos 25 anos. O que significa, também em média, triplicar o PIB nesse período.

No campo social, a China também se destaca com força, pois em um mundo marcado pela exclusão social, pelo desemprego e pela fome, ela conseguiu, na última década, a façanha de retirar da pobreza absoluta — segundo os critérios da ONU — 165 milhões de pessoas, embora ainda exista cerca de 50 milhões de chineses nessa situação. No ano de 2003, a economia chinesa criou 8 milhões de novos empregos, e a previsão para este ano é de que serão criados novos 9 milhões.

Na ciência e tecnologia, os progressos são muito significativos, e se condensam no fato de ser a China o terceiro país do mundo com capacidade de enviar em nave tripulada ao espaço (os outros dois são EUA e Rússia). E, por último, pode constatar, andando pelas ruas de Pequim, que sua população apresenta um aspecto saudável, alegre e distencionado, muito diferente daquele dos transeuntes de logradouros públicos brasileiros de intenso movimento, como o Viaduto do Chá (SP) ou a Cinelândia (RJ).

O foco da política econômica chinesa não é o pagamento de juros ao capital financeiro, mas o projeto de construir uma nação desenvolvida

Mas, o que ocorre na grande nação do Leste, que em certo sentido vai contra a corrente do mundo atual, onde impera a estagnação econômica, o desemprego, a crise social, as guerras de conquista — como as do Iraque e Afeganistão?

Uma resposta completa a esta pergunta exige um estudo multilateral de vários aspectos da realidade chinesa e mundial. A China é um país de história milenar. É também um raro caso de civilização que não sofreu solução de continuidade histórica, diferentemente da grega, da romana, da egípcia etc. Durante essa longa trajetória, viveu momentos de apogeu e decadência, mas nunca perdeu a noção de um povo que forma uma nação. No alvorecer da idade moderna, quando se expandia no mundo o capitalismo mercantil, foi vítima de agressões das potências coloniais, e como afirmam no Preâmbulo de sua Constituição, "Depois de 1840, a China feudal foi gradualmente se transformando em um país semi-colonial e semi-feudal".

O século 20 foi o século das grandes lutas de emancipação nacional e social dos povos; e a China participou ativamente desse processo. O ano de 1911 marca o nascimento da China moderna, quando sob a liderança de Sun Yatsen, é vitorioso o movimento político de afirmação nacional que derrota o poder absolutista dos imperadores e se rebela contra presença de países imperialistas que, além da exploração econômica, ocupavam, a título de concessões, parcelas importantes de seu território. "Mas a missão histórica do Povo Chinês de derrotar o imperialismo e o feuda-

lismo restou incompleta", diz a Constituição chinesa.

Em outubro de 1949, com a vitória da sua Revolução Nacional Democrática e Popular, iniciou-se o período histórico que, consolidando a Revolução Nacional de 1911, a desenvolveu, completou as tarefas antifeudais e antiimperialistas, e deu início a um complexo processo de transição rumo à construção de uma sociedade socia-

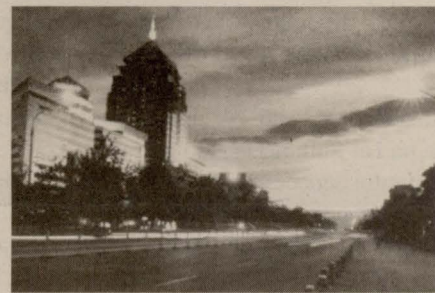
lista, que enfrentando enormes dificuldades, tanto internas como externas, desenvolveu soluções novas e criativas para a construção do "socialismo com peculiaridades chinesas", como afirmam seus dirigentes, em inúmeros textos oficiais.

Particularmente a partir da década de setenta, a China iniciou um gigantesco programa de reformas econômicas para acelerar o seu desenvolvimento econômico, e a partir de então tem crescido ininterruptamente provocando a admiração do mundo e despertando a curiosidade dos estudiosos dos processos de desenvolvimento de países pobres.

Em todo esse longo e complexo processo de luta para romper as amarras com a dominação feudal e estrangeira, a população chinesa compreendeu paulatinamente que o poder de decidir ela própria o seu destino, era uma questão fundamental. Emergiram dessa luta, com muita força a compreensão de que Independência e Soberania Nacionais são mais que valores a serem proclamados nos momentos solenes, mas uma atitude política multifacética e cotidiana. E foi com base no exercício decidido



Freitas (3º à direita) e a delegação



Beijing, canteiro de obras

desses valores, que construíram as condições que lhes permitem hoje ser a potência econômica emergente que tanto interesse desperta no mundo.

Dentro de dias, o presidente Lula iniciará um viagem oficial à China. Será acompanhado por uma delegação de mais de 480 empresários ávidos para descobrir oportunidades de negócios e entender como a China mantém juros baixos, controla a inflação, não permite o livre fluxo de capitais, não segue as orientações do FMI no tocante à sua política monetária; e cresce em níveis invejáveis.

Creio que a chave para a compreensão desse fenômeno reside no exercício da Independência e Soberania na política econômica. A política econômica chinesa tem como foco não as restrições fiscais para pagar juros exorbitantes ao capital financeiro nacional e internacional, mas o projeto de construir na China, nos próximos 50 anos, uma nação desenvolvida, com o seu povo gozando de um "nível de vida medianamente cômodo".

Isto nos leva à necessidade de compreender que no mundo de hoje só existe plenamente Independência e Soberania se estes valores se estenderem à dimensão econômica da sociedade. Sem isso tanto a soberania como a independência, perdem substância, e não se reflete plenamente na vida do povo. Aqui está, me parece, salvo melhor juízo, a principal diferença que existe entre as economias chinesa e brasileira.

Espero, sinceramente, que após essa viagem, que tem tudo para ser exitosa, com a volta da delegação enaltecendo o seu significado, e relatando os imensos avanços que os chineses tem conseguido, iniciemos em nosso país, um intenso debate entre governo, empresários, sindicatos, e demais setores sociais atuantes na política, cujo foco, seja a orientação da nossa política econômica para a retomada do crescimento com desenvolvimento e emprego. Estamos maduros para isso. Nunca as condições políticas foram tão favoráveis. Não percamos essa oportunidade histórica, exercitemos a nossa soberania também no campo econômico.

*Secretário de Relações Institucionais e Políticas Públicas do PCdoB

PCdoB

Comunistas preparam estratégia da campanha eleitoral

PCdoB confirma o PT como aliado e o PSDB como principal adversário

CARLOS POMPE

O Partido Comunista do Brasil realizará, no próximo mês, um seminário com todos seus candidatos às eleições municipais, para discutir estratégias de campanha e conteúdos de programas para as prefeituras. A decisão foi anunciada na 24ª reunião da Comissão Política do PCdoB, ocorrida no sábado (15 de maio), em São Paulo, que avaliou o quadro político e analisou a batalha eleitoral do próximo semestre.

Os comunistas concorrem à prefeitura de quatro capitais: Fortaleza/CE (Inácio Arruda), Manaus/AM (Vanessa Grazziotin), Rio de Janeiro/RJ (Jandira Feghali) e Teresina/PI (Robert Rios). Inácio, Vanessa e Jandira são deputados federais do PCdoB e Robert Rios é delegado da Polícia Federal e foi Secretário de Transportes do atual governo estadual do Piauí.

O PCdoB terá também candidatos a vice-prefeitos nas seguintes capitais: Recife/PE, Aracaju/SE, Salvador/BA, Florianópolis/SC, João Pessoa/PB, Natal/RN, Boa Vista/RR e, possivelmente, Rio Branco/AC. Os comunistas disputarão também prefeituras de grandes cidades do interior e de regiões metropolitanas — como Olinda (PE), onde o PCdoB pretende reeleger a atual prefeita Luciana Santos. Outra meta eleitoral do Partido é triplicar o número de vereadores eleitos pela legenda em 2000. Atualmente, há cerca de 300 vereadores filiados ao PCdoB em todo o país.

O presidente do PCdoB, Renato Rabelo, destacou que a oposição conservadora se articula para a disputa eleitoral. "Seu centro

é o PSDB — e o PSDB deve ser o nosso alvo nas eleições —, que considera que o governo Lula está se enfraquecendo. Os tucanos lançam seus candidatos principais na batalha pelas prefeituras, como é o caso do José Serra em São Paulo".

O principal aliado do PCdoB nestas eleições é o PT. Segundo Renato Rabelo, "vamos trabalhar pela vitória do campo de apoio ao governo e do nosso Partido. Daremos atenção especial para as reivindicações dos trabalhadores, da população que sofre com o desemprego, salários e benefícios insuficientes, falta de condições de transporte, moradia, saúde, saneamento, segurança".



Aldo Rebelo, por sua vez, considerou que, em 500 dias na Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva "cumpru duas condições fundamentais para sua gestão: garantir a governabilidade com a construção de uma base política no Parlamento, o controle das finanças públicas e a economia que se encontrava em situação caótica quando da posse do atual governo."

Ao se referir à condução econômica, Aldo, que é vice-presidente do PCdoB, valeu-se de sua vivência em Viçosa, interior de Alagoas, onde nasceu, filho de trabalhadores rurais: "O problema que o governo tinha pela frente é como o da pessoa que pela primeira vez monta um cavalo bravo. Ela sabe o destino que vai tomar, mas precisa montar e domar o cavalo, para que ele não a derrube pelo caminho ou ande sem direção. Com traumas e solavancos, o cavaleiro se manteve e trata, agora, de ver como alcança o destino do crescimento econômico, geração de emprego e distribuição de renda, que tanto almejavamos. Existe, no governo, a busca de constituição de um projeto nacional que garanta melhores dias para o nosso povo, a democracia e a soberania em nosso país".

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

HABITACÃO

6,5 milhões de favelados

Seu número cresce mais do que a população total

Entre 1991 e 2000, o número de moradores em favelas cresceu, no Brasil, 2,6 vezes mais do que o crescimento total da população brasileira: nesse período, a população do país cresceu 1,64% ao ano, enquanto a população favelada aumentou 4,32% ao ano. A constatação foi feita pelo cruzamento, feito pelo IBGE, de dados dos censos dos dois anos, e mostra que, em 2000, havia 6,5 mi-

lhões de pessoas vivendo naquilo que a linguagem dos técnicos chama de aglomerados subnormais (isto é, favelas e áreas assemelhadas, com habitações dispostas de forma desordenada e carentes de serviços públicos essenciais). É quase 4% da população brasileira, um total bem maior do que a população da maioria dos estados brasileiros: só oito (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ba-

hia, Paraná, Pernambuco e Ceará) têm mais habitantes. Belém, capital do Pará, é uma das campeãs. Lá, um terço da população vive em favelas mas, apesar disso, os investimentos do governo federal para a urbanização dessas áreas caíram este ano 25% em relação a 2003.

A explosão populacional em favelas resulta da falta de investimentos em habitação, migração desordenada para as periferias das metrópoles e quase inexistência de crédito habitacional para os pobres, além do desemprego, empobrecimento das classes médias e concentração

fundriária. Isso reflete, segundo a socióloga Lídia Medeiros, pesquisadora do Urbandata-

Quase 4% dos brasileiros moram em favelas que, no conjunto, têm mais moradores do que a maioria dos estados brasileiros: só oito têm população maior do que o total de favelados que existe no país

Brasil (Centro de Pesquisas da Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro), uma característica histórica do processo de urbanização brasileiro: a exclusão dos pobres de serviços essenciais. "Há uma combinação de fatores estruturais e conjunturais que acarretaram um forte aumento da pobreza. O processo de urbanização brasileiro promoveu e continua a promover a expulsão dos pobres para a periferia das grandes cidades", disse.

CULTURA

Mudanças na Lei Rouanet

Objetivo: inclusão social e descentralizar os recursos

O Ministério da Cultura vai mudar a Lei Rouanet, que hoje é o modelo para o financiamento de projetos culturais. Para isso, o ministro Gilberto Gil anunciou no Rio de Janeiro, no dia 10 de maio, um decreto para sua regulamentação, que será encaminhado para a Casa Civil, para apreciação presidencial. A principal mudança prevista na lei, que garante isenção fiscal às empresas que patrocinam obras culturais, é a descentralização dos financiamentos.

Em 2003, o Brasil bateu recorde histórico de captação com base na Lei Rouanet. Foram 385 milhões de reais (entre isenções e recursos próprios das empresas), e cerca de 80% desses recursos (293 milhões de reais) ficaram com projetos no eixo Rio/São Paulo. As outras regiões dividiram os exíguos 20%: a região Norte teve apenas 5 milhões de reais; o Centro-Oeste, 17 milhões; o Nordeste, 27 milhões, e o Sul, 41 milhões.

"A idéia é definir as grandes necessidades de investimento e criar mecanismos que garantam que os recursos também vão ser aplicados nas áreas onde há uma necessidade maior", disse o secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério, Sérgio Xavier. Para não prejudicar Rio e São Paulo nem diminuir os incentivos hoje aplicados nesses estados, o decreto prevê o aumento do teto de isenção fiscal, que hoje é de 160 milhões de reais, para 401 milhões. Com o novo teto, explicou o secretário, será "possível criar limitadores sem impacto nos estados que hoje têm uma grande produção cultural".

O objetivo dessas reformulações na lei Rouanet é usar o acesso à cultura como meio de inclusão social, disse Gilberto Gil.

"Temos que criar acessos mais amplos para setores não incluídos e fazer com que esses setores também tenham condições de manifestar suas expressões culturais, fazê-las circular e serem recebidas por toda a sociedade brasileira. Isso é inclusão social".

Nesse sentido, disse, o ministério vai trabalhar em três frentes. A principal medida é na melhoria dos projetos selecionados. Até agora, o enfoque estava no artista. O ministério quer privilegiar projetos de acordo com o modo como a sociedade será beneficiada. Por exemplo, projetos com acesso gratuito ou que circulem pelo país, para que um número maior de pessoas tenham acesso aos bens culturais. Serão observadas também outras características, como o perfil do patrocinador, local de realização e alcance do projeto.

A segunda mudança é a descentralização dos recursos adquiridos por meio da Lei Rouanet, com a criação de tetos mínimos para cada região. "Se observarmos que há carência em determinada região ou num determinado estado, vamos fixar um percentual mais elevado para esse estado no ano seguinte", disse Sérgio Sá Leitã, chefe do gabinete do ministro da Cultura. Também serão feitos editais de seleção de projetos para cada região separadamente.

A última medida será o aumento do percentual de isenção fiscal. Hoje, as empresas podem abater do imposto de renda até 30% do valor investido em patrocínio de obras culturais. A idéia é aumentar esse valor para as pequenas e médias empresas e, assim, dar condições para que um número maior de instituições privadas invista na cultura (Alessandra Bastos/Agência Brasil).

ESTADOS UNIDOS

Lá a saúde não é para todos

43,5 milhões sem assistência no centro do capitalismo

A propaganda segundo a qual só o capitalismo atende às necessidades de todos é mais uma vez desmentida: estudos feitos nos EUA mostram que grande parte dos norte-americanos não tem seguro saúde. São cerca de 20 milhões de trabalhadores que dependem da precária assistência médica pública. Ou 43 milhões, se a conta incluir aqueles que não têm contrato de trabalho formal.

Grande parte deles vem do Texas, estado que foi governado pelo atual presidente George W. Bush, onde quase um quarto dos assalariados - cerca de 2,5 milhões de trabalhadores - não tem seguro saúde. A revelação foi feita por uma pesquisa da Fundação Robert Wood Johnson. Outros estados onde

há elevada falta de cobertura médica aos trabalhadores são Luisiana, Mississippi, Nevada, Novo México e Oklahoma. E em outros 37 estados, incluindo o Distrito de Colúmbia (que é o Distrito Federal dos EUA e onde está a capital, Washington), pelo menos um em cada 10 empregados está nessa situação, mostra outro estudo, feito pela Escola de Saúde Pública da Universidade de Minnesota.

Estas pesquisas também demonstram o óbvio: a população carente de seguro médico consulta-se menos e, em conseqüência, é mais propensa a ter diagnósticos tardios de várias doenças. Contra essa situação, crescem as pressões para que o Congresso dos EUA aprove em 2005 uma legislação para garantir seguro médico aos 43.500.000 norte-americanos que não têm este serviço.

TRABALHO ESCRAVO

Confisco

"É um presente para a sociedade brasileira às vésperas do dia da Abolição da Escravatura" - assim Roberto Bussato, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), comemorou a aprovação pela Comissão Especial na Câmara, em 12 de maio, do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 438 que institui o confisco das fazendas que usarem trabalho escravo.

A emenda foi aprovada depois de acordo com a bancada ruralista garantindo que a expropriação só ocorrerá depois de esgotado todo o processo jurídico, e também a equiparação entre trabalho escravo rural e urbano. Esta equiparação será votada em PEC paralela e depois encaminhada ao Senado Federal.

RESTAURANTE POPULAR

Comida para todos

Uma refeição a 1 real, e de qualidade. Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi ver de perto no Rio de Janeiro e gostou do projeto do Restaurante Popular, que tem assistência nutricional do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), responsável pela elaboração do cardápio que garante às refeições as 1.500 calorias exigidas pelo Programa de Alimentação do Trabalho. A visita ocorreu em 9 de maio, quando Ananias foi ao Rio para assinar o convênio de ampliação do Programa Bolsa-Família e, acompanhado pela governadora Rosinha Matheus, conheceu o Restaurante Popular Betinho, na Central do Brasil, que funciona desde novembro de 1999 e, hoje, serve cerca de 3.300 refeições por dia. Hoje, são oito restaurantes, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e no interior do estado que, no total, já serviram mais de 12 milhões de refeições. E, para os próximos doze meses, está prevista a inauguração de mais onze restaurantes.

Segundo a governadora fluminense Rosinha Matheus, Patrus Ananias considerou o programa como uma das mais bem sucedidas experiências de combate à fome no país e, disse a governadora, ele quer copiar o modelo dos nossos restaurantes em todo o país. "O que queremos", disse o ministro, "é multiplicar esses restaurantes populares no Brasil inteiro".

BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00
12 edições

JORNAL

A Classe Operária

Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925



Proletários de todos os países, uni-vos!

FORMAS DE PAGAMENTO

- Cheque nominal
 Dinheiro
 Cartão de crédito C D V A
 Nº.: _____
 Validade: ____/____ (MÊS/ANO)
 Vale postal nº. _____
 Depósito em conta corrente
 Banco Itaú Ag. 0251 C/C 48676-7

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

Nome: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ CEP: _____
 Cidade: _____ UF: _____
 Tel. res.: (____) _____ com.: (____) _____
 E-mail: _____
 Profissão: _____ Data de nasc.: ____/____/____

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaiá, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil - CEP 01403-010
 Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correio eletrônico: assinatura@pcdob.org.br

CDM
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois

A valorização do trabalho e o desenvolvimento nacional

O artigo 170 da Constituição pressupõe que a ordem econômica seja "fundada na valorização do trabalho humano"

UMBERTO MARTINS

A Corrente Sindical Classista (CSC) realizará nos dias 20 a 23 de maio em Belo Horizonte seu seminário sobre valorização do trabalho e desenvolvimento nacional, tema que ganhou maior relevância política no governo Lula.

Para as lideranças da CSC, os projetos de desenvolvimento não nascem ou se desenvolvem à margem das classes sociais e da luta de classes. Por isto, seguindo a melhor tradição marxista, é recomendável pensar um novo modelo econômico, em oposição ao neoliberalismo, a partir de uma ótica classista, pautando-se pela concepção de que o desenvolvimento nacional deve ter por fonte a valorização do trabalho, como determina o artigo 170 da Constituição brasileira.

A seu modo, o neoliberalismo é o que se poderia chamar um "projeto de desenvolvimento", que nos prometeu estabilidade e crescimento sustentado da economia. Mas a depreciação da força de trabalho nas esferas econômica, política e ideológica, tem sido um dos principais ingredientes da receita neoliberal. Ela supõe que o caminho para a superação da crise do sistema capitalista-imperialista passa obrigatoriamente pelo

aumento do grau de exploração da força de trabalho, arrocho dos salários, precarização de contratos, flexibilização de jornada, redução ou supressão de direitos sociais.

Tudo isto — combinado com a liberalização do fluxo de capitais e mercadorias nas nações classificadas pelo FMI com invulgar eufemismo como "mercados emergentes" — criaria as condições propícias para a superação da crise do sistema capitalista e a inauguração de uma nova fase de prosperidade, a exemplo dos "anos dourados" que sucederam a 2ª Guerra Mundial e se estenderam até os anos 70 do século passado. Assim seria revertida a tendência de redução progressiva das taxas de crescimento do PIB e crescimento do desemprego que vem se verificando há certo tempo num grande número de países capitalistas, embora de forma desigual.

A promessa de desenvolvimento neoliberal não se cumpriu; ao contrário, revelou-se falsa. A experiência do Brasil, onde tal política ganhou força nos anos 1990, revela o fracasso do neoliberalismo sob este aspecto. Não alcançou o proclamado objetivo de retomar o desenvolvimento, nem reverteu a tendência à

estagnação econômica, apesar do extraordinário aumento da exploração do trabalho pelo capital. Em consequência, a crise hoje é mais grave, influenciando o cenário político.

Os fenômenos políticos em curso em diferentes países da América Latina (Venezuela, Bolívia, Argentina e Brasil, entre outros), são sinais do esgotamento da política neoliberal e da necessidade objetiva de um novo caminho, o que pressupõe novos projetos de desenvolvimento. Os povos clamam e lutam por mudança.

Certamente contribuíram para o fracasso do neoliberalismo os efeitos colaterais perversos da depreciação do trabalho sobre a economia. Na medida em que a capacidade de consumo da classe trabalhadora foi declinando cresceu, de outro lado, o hiato entre produção e consumo da sociedade, exacerbando uma contradição que, como já notava Karl Marx em meados do século XIX, é

inerente ao modo de produção capitalista e rotineiramente se manifesta de maneira radical através das crises cíclicas de superprodução relativa.

No Brasil, a participação dos salários no PIB caiu de 45% em 1990 para 36% em 2002.

No mesmo período, a parte da riqueza social apropriada pelo capital (na forma de lucro, juros e dividendos) saltou de 33% para 42% do PIB. Agravou-se também a precarização do mercado de trabalho, e hoje mais de 50% dos empregos não têm carteira assinada. Só em 2003, em consequência da recessão e do ajuste externo, a renda dos trabalhadores despencou 12,5%.

A depreciação do trabalho, aliada às transformações objetivas no processo produtivo dentro do capitalismo, agravou também a ociosidade e o desperdício de forças produtivas refletidos no nível de desemprego, pano de fundo dos impasses da sociedade moderna. Atualmente, o nível de desemprego ronda a casa dos 20% nas regiões metropolitanas. Nada disto favoreceu o desenvolvimento, muito pelo contrário.

O fracasso do neoliberalismo, neste sentido, deve ser interpretado como a demonstração de que os interesses do capital financeiro, que orientam a ideologia e a política neoliberal, não conduzem ao desenvolvimento, mas constituem um grande obstáculo à retomada do crescimento sustentado da economia.



MENDONÇA

Hoje, o desenvolvimento nacional requer distribuição de renda, emprego para todos, valorização do trabalho. Daí a necessidade de protagonismo do proletariado nessa luta

Parece que, em contrapartida, nesta altura da história os interesses dos mais pobres, em particular as reivindicações da classe trabalhadora, estão em sintonia com as perspectivas de progresso e podem promover o crescimento sustentado. Por esta razão, um novo projeto de desenvolvimento deve ter como um dos seus principais fundamentos a valorização do trabalho, que também significa iniciar uma distribuição mais justa da renda nacional, fator que o economista Celso Furtado considera indispensável ao desenvolvimento do Brasil.

Há um crescente consenso nacional de que o fortalecimento do mercado interno é condição básica para a retomada do crescimento sustentado da economia nacional. Pois a valorização do trabalho, ao contemplar reivindicações históricas da classe trabalhadora (pleno emprego, reforma agrária, aumento real do salário mínimo, redução da jornada sem redução de salários, elevação da escolaridade média), será o principal meio de fortalecer o mercado interno brasileiro.

A ampliação substancial do nível de emprego e, conseqüentemente, o emprego racional da força produtiva representada pela multidão de trabalhadores condenados ao ócio involuntário, promoverá o crescimento da produção e criará novos consumidores para fortalecer o mercado interno e sustentar o desenvolvimento. Assim sendo, bandeiras como a reforma agrária, redução de jornada e aumento do salário mínimo são bandeiras do desenvolvimento e não deviam constar apenas da pauta particular dos movimentos sociais.

As lideranças dos movimentos sociais já perceberam que a valorização do trabalho pressupõe políticas públicas adequadas, recuperação da capacidade de investimentos do Estado e mudança na orientação econômica vigente, ainda predominantemente neoliberal. Requer também o respaldo à política externa ativa e soberana que vem sendo implementada pelo Itamaraty no atual governo, a rejeição da Alca nos moldes propostos pelos EUA, o fortalecimento do Mercosul, diversificação do comércio exterior, priorizando as relações com as nações em desenvolvimento e estabelecimentos de parcerias estratégicas com a China, Índia, Rússia e África do Sul. O papel do Estado, rebaixado pelo neoliberalismo, deve ser completamente reformulado, mesmo porque os investimentos privados, por si só, não virão em volume suficiente para garantir o crescimento sustentado da economia. A participação ativa do setor público é indispensável.

Neste momento, cumpre ampliar os esforços para viabilizar uma grande mobilização nacional pela mudança da política econômica e por um novo projeto de desenvolvimento nacional. Mas não se deve negligenciar o caráter de classe das propostas, pois já não se trata mais de ressuscitar o desenvolvimentismo da chamada Era Vargas, liderado com êxito pela burguesia nacional. Agora, o desenvolvimento nacional requer distribuição de renda, emprego para todos, valorização do trabalho. Daí o protagonismo do proletariado brasileiro neste tema, que será desenvolvido pelo seminário de BH.

FGTS

Senado discute mudança

Eduardo Azeredo (PSDB/MG) quer recursos do Fundo para pagar mensalidades escolares

Os recursos do FGTS só devem ser usados para "saneamento, habitação popular e infra-estrutura urbana e não com educação", diz Paulo Eduardo Cabral Furtado, secretariado executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia. Ele reage, assim, à proposta do senador tucano Eduardo Azeredo (MG) de liberar os recursos do Fundo para pagamento de mensalidades escolares no ensino médio e universitário para o trabalhador e seus filhos de até 24 anos.

Para Cabral, esta proposta poderá esvaziar parte dos recursos do Fundo pois o dinheiro seria sacado sem retorno — ao contrário do que ocorre com seu uso para financiamento habitacional e de saneamento e infra-estrutura. O projeto já foi aprovado pela Co-

missão de Educação do Senado, e agora está sendo analisado pela Comissão de Assuntos Sociais. Caso seja aprovado, seguirá direto para análise na Câmara dos Deputados.

Hoje, o FGTS dispõe de cerca de 70 bilhões de reais, 44% dos quais são provenientes de 2,4% das contas vinculadas de trabalhadores da classe média. Cabral lembra que a maior parte, dos trabalhadores, em torno de 53,4%, tem rendimento de até um salário mínimo e um saldo médio de 68 reais, valor insuficiente para cobrir mensalidades no ensino privado. Os outros 20% das contas são de trabalhadores que recebem entre um a quatro salários mínimos, cujo saldo médio é de 518 reais, também insuficientes, diz Cabral, para pagar prestações de escolas e faculdades particulares.

REFORMA AGRÁRIA

Distribuir terras para criar empregos

Anunciado pelo presidente Lula no final do ano passado, o II Plano Nacional de Reforma Agrária prevê o assentamento de 530 mil famílias e a geração, até 2006, de dois milhões de novos empregos. Este ano, a previsão é assentar 115 mil famí-

lias; em 2003, em consequência das limitações impostas da herança maldita deixada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, o governo só conseguiu assentar 36 mil famílias por desapropriação de terras e 10 mil pelo programa de crédito agrário.

IMPERIALISMO

EUA renovam ameaças à América Latina

Bush anuncia medidas contra Cuba, que reage com a maior manifestação da história da revolução

RONALDO CARMONA (*)

“Salve, César, os que vão morrer te saúdam”. Assim, ironicamente, lembrando os gladiadores romanos ao entrar na arena para a luta, o presidente Fidel Castro encerrou na sexta, 14, a leitura de uma mensagem, em nome do povo de Cuba, na “maior concentração popular da história da revolução”, segundo a imprensa internacional, que concentrou mais de 1,2 milhão de cidadãos em Havana, em resposta as medidas anunciadas no último dia 6, em Washington.

Trata-se de um pacote de medidas que visam endurecer ainda mais o criminoso bloqueio norte-americano contra Cuba. Os vários pontos listados nas 500 páginas do relatório da comissão da Casa Branca “para uma Cuba Livre” (sic), vão desde a intervenção numa futura sucessão da liderança do país até a tentativa de asfixiar economicamente a ilha, ao limitar a remessa de dólares e de viagens de norte-americanos de origem cubana (cerca de 1,4 milhões) a seus parentes em Cuba. Prevê-se ainda o investimento de US\$ 95 milhões nos próximos dois anos “para ajudar as organizações a proteger os dissidentes e promover os direitos humanos”, nas palavras do próprio George Bush ao anunciar as medidas, “para um futuro de liberdade”. “Liberdade” que talvez os iraquianos arrastados pela coleira nas masmorras do exército norte-americano em Bagdá possam bem testemunhar. A propósito, no sábado, em Havana, cartazes levados pelo povo com as fotos de iraquianos torturados lembravam: “Em Cuba, jamais acontecerá”.

As novas ameaças a Cuba somam-se as recentes provocações do imperialismo, como na Comissão de Direitos Humanos da ONU, com a apresentação por prepostos dos norte-americanos — os EUA perderam a cadeira na CDH em 2003 — de uma “resolução” condenando Cuba por “violações aos Direitos Humanos”. Tal resolução foi a voto em 15 de abril e resultou numa apertada votação: 22 a favor, 21 contra e 10 abstenções — incluindo os votos do Mercosul (Brasil, Argentina e Paraguai) que decidiu coordenar suas posições e adotar a posição tradicional da diplomacia brasileira, abstencionista, re-

vertendo os votos de Argentina e Paraguai, que anteriormente votavam contra Cuba. Os demais sete países latino-americanos com direito a voto foram “convencidos” pela Casa Branca a votar contra Cuba — reforçando a clivagem que se estabeleceu na América Latina entre governos independentes e soberanos e governos submissos às ordens de Washington. O voto do México, por exemplo, foi anunciado, sem intermediários, pela própria Casa Branca, em fevereiro, após uma ligação de Bush a Vicente Fox.

Outra recente crise provocada indiretamente pela Casa Branca foi o episódio da retirada, pelo México e o Peru, de seus embaixadores de Havana, após o Comandante Fidel Castro ecoar em Havana no Primeiro de Maio a indignação dos povos da América Latina com a subserviência de certos governos aos ditames de Washington. No caso, os governos do Peru e do México chegaram a ignorar as recomendações de seus Parlamntos Nacionais para que não cedessem às pressões norte-americanas na CDH. No caso do México, o governo capacho de Fox rompeu com 102 anos de relações ininterruptas entre Cuba e o México. Anteriormente, o ex-chanceler mexicano, Jorge Castañeda, num ato de provocação sem precedentes, chegou a abrir as portas da embaixada mexicana em Havana para acolher “dissidentes” — na verdade bandidos e seqüestradores de barcos e pessoas em Cuba — para que chegassem a Miami, como vimos no ano passado.

As brutais medidas anunciadas em Washington, como declarou em nota o governo cubano, “são diretamente destinadas a estrangular nosso desenvolvimento e reduzir ao mínimo os recursos em divisas”, provocaram um conjunto de medidas emergenciais visando “satisfazer as necessidades de alimentação, serviços médicos, educacionais e outros essenciais que nossa população requer”. Diz ainda a nota que “o país mobilizará os recursos adicionais que sejam neces-



sários para enfrentar essa agressão com um mínimo de sacrifício para a população”.

Revolução Bolivariana entra na “fase antiimperialista”

Já no domingo, 16, desta vez em Caracas, milhares de venezuelanos acudiram a Avenida Bolívar para marchar contra o golpismo e a novas ameaças contra o país. O último episódio foi a descoberta, dia 9, de uma brigada de 130 paramilitares colombianos numa fazenda num subúrbio a sudeste de Caracas, imediatamente desbaratada pelas forças de segurança do país, quando preparavam, segundo o governo “um banho de sangue” para justificar a derrubada do poder bolivariano. A reacionária oposição venezuelana, cada vez mais dividida e isolada, dá mostras que começa a abandonar as aparências democráticas e partir para o golpismo aberto. Há poucos dias, inclusive, Carlos Andrés Pérez, o corrupto ex-presidente deposto pelo povo num impeachment ainda em

1993, recorreu abertamente à solução do golpe de Estado para depor Hugo Chávez.

Diante disto, o embaixador venezuelano na OEA, Jorge Valero, denunciou “um triângulo sinistro” formado pela oposição golpista do país, pela máfia cubana de Miami e pelos paramilitares colombianos, numa aliança sustentada política, financeira e militarmente pela Casa Branca, para destruir a democracia na Venezuela. Na concentração de domingo, o presidente Chávez ao anunciar que a revolução bolivariana entrou numa fase antiimperialista anunciou medidas para “acelerar a organização popular-militar em defesa do país” e para acelerar a aplicação da Lei de Terras, para erradicar o latifúndio improdutivo.

As ações do imperialismo norte-americano contra Cuba e Venezuela não são atos isolados, mas respondem a uma estratégia do governo Bush de “cuidados redobrados este ano” com a região para “promover os interesses da segurança nacional americanos”, como consta em relatório do general James Hill, chefe do Comando Sul dos EUA, apresentado ao Congresso de seu país no final de março. Nele, o general distribui ameaças, defende o reforço do Estado terrorista colombiano e do famigerado Plano Colômbia, ameaça a oposição na Bolívia e termina advertindo que está surgindo na América Latina uma “nova ameaça que poderia ser melhor descrita como populismo radical”. No caso do Brasil verifica-se, no último período um aumento dos contenciosos “fabricados”, como as “denúncias” contra o programa nuclear brasileiro ou as recentes sabotagens contra nossa política externa, o Mercosul e a unidade da América do Sul. De fato, a América Latina, além das aparências, segue sendo alvo importante na política externa da Casa Branca na busca do pleno domínio do mundo.

(*) da Comissão de Relações Internacionais do PCdoB

ÍNDIA

A derrota da direita

A esquerda elege sua maior bancada parlamentar desde a independência

Verdadeira maratona eleitoral, com 675 milhões de eleitores, em quatro datas, diferentes, entre 10 de abril e o último dia 10, consagrou “um sucesso histórico”, como qualificou em comunicado o Partido Comunista da Índia — Marxista (PCI-M), com a derrota do Bharatiya Janata Party (BJP), fundamentalista hindu, de direita, do primeiro-ministro Atal Behari Vajpayee.

Na eleição dos 545 deputados ao Lok Shabha (Parlamento), em sistema distrital puro, o BJP recuou de 302 cadeiras para 186,

numa contundente derrota, não prevista por nenhum analista e nem pelo próprio Vajpayee, que antecipou as eleições em seis meses.

Em 2003, o PIB cresceu 10%. Mas há 300 milhões abaixo da linha da pobreza e 47% das crianças são subnutridas

Na oposição, a coalizão liderada pelo Partido do Congresso (de centro, laico), de Sonia Ghandi, somou 216 deputados e a Frente de Esquerda, formada por dez partidos, cresceu de 36 para 60, sendo que o Partido Comunista da Índia — Marxista (PCI-M) passou de 33 deputados em 1999 para 44, e o Partido Comunista da Índia saltou de 3 para 10, além de 6 eleitos por outras forças menores. Como resultado,

Sonia Gandhi, tomará posse como Primeira-ministra à frente de uma coalizão de 20 partidos.

É a “maior bancada (de esquerda) eleita desde a independência”, comemorou o PCI-M, e ela será o “fiel da balança” para a sustentação do novo governo do Partido do Congresso. Poderá, como tal, obter concessões programáticas importantes, como o fim do programa de privatizações. Em suas primeiras declarações, Sonia prometeu priorizar “a aceleração da criação de empregos e do crescimento” e de governar “em favor dos camponeses, dos jovens, das mulheres e dos mais fracos”. A reação da banca foi imediata, e na segunda, dia 17, a Bolsa de Mumbai teve a maior queda em seus 129 anos de pregão, caindo 11%.

O BJP, em seis anos de poder, combinou fundamentalismo hinduísta com repressão às minorias e liberalismo econômico. No Estado Andhra Pradesh, o governador Udayababu Naidu, um dos principais aliados de Vajpayee e costumaz convidado do Fórum Econômico de Davos, segundo o *Financial*

Times “foi varrido de seu gabinete pelo equivalente eleitoral de uma revolta camponesa”. Recentemente, ele havia sido elogiado pelo Banco Mundial por acabar com a energia elétrica subsidiada pelo Estado para os camponeses pobres.

Em 2003, o PIB indiano cresceu 10,4%. Mas há 300 milhões que vivem com um dólar/dia e 47% das crianças são subnutridas.

A vitória da oposição indiana tem importantes impactos geopolíticos e econômicos. O novo governo de Nova Delhi pode representar um fortalecimento da estratégica aliança entre Brasil e Índia, líderes do G-20 e que, juntamente com a África do Sul, formam o G-3. Os dois países também têm muitos interesses em comum, cuja coordenação pode se intensificar dada a aproximação programática entre os governos de Lula e de Sonia, podendo representar um reforço na ação por condições para a consolidação da nova e contemporânea aliança sul-sul em gestação. (Ronaldo Carmona)

FORMAÇÃO

Marxismo, ciência e a lei da mais-valia

A lei da mais-valia, ou a valorização do valor, tem caráter central na valiosa herança epistemológica do marxismo

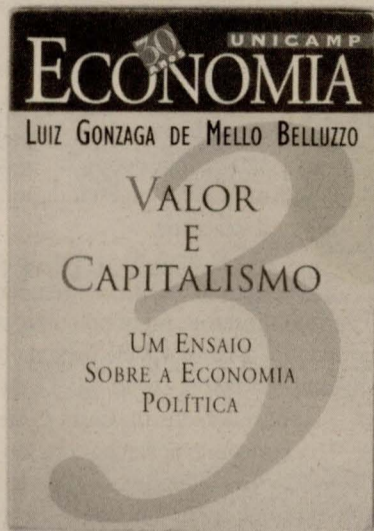
A. SÉRGIO BARROSO

"A descoberta da mais-valia iluminou... todas as pesquisas anteriores, tanto as dos economistas burgueses como as dos críticos socialistas, [que] haviam vagado nas trevas"

(Engels, "Discurso diante da sepultura de Marx", 17/3/1883)

Trata-se de uma enorme bobagem imaginar que o testemunho de Engels transpirava ali apenas emoção, quando discorrera ter Marx descoberto a lei do desenvolvimento social (a concepção materialista da história junto à luta de classes), bem como a lei específica que move o atual modo capitalista de produção, a *mais-valia*. No artigo *Karl Marx* (1877), ele, mais enfático, eliminava dúvidas — de ingenuidade ou de má fé — sobre o caráter científico do marxismo: diz que aquelas duas situam-se "Entre as numerosas e importantes descobertas com que Marx escreveu seu nome na história da ciência".

Claro que na época de Marx estava muito longe de constituir-se um sistema classificatório geral, ou uma divisão e subdivisão das diversas ciências e seus ramos. Por evidente, não existia a sistematização que permite identificar, por exemplo, um grupo homogêneo no estatuto de ciências humanas (Economia, Psicologia, Sociologia, Linguística, História das Ciências, etc.); menos ainda correlacionar tal estatuto especial-



mente com: a) a realidade do objeto do qual emerge a teorização; b) o sistema de categorias e enunciados de relações (leis científicas); c) a resultante alcançada da relação entre a realidade e a teoria, entre estes e a Epistemologia (Teoria do Conhecimento), o método ou métodos; d) os condicionamentos históricos do trabalho de cada geração de cientistas; e) as condições sociais em que se localizam o trabalho dos pesquisadores (Cf. Armando Castro, *A sistematização do sistema de ciências do homem*, 1980).

Tudo isso só engrandece o pensamento científico de Marx, e põe do lado em "outdoors" aqueles que, com ares de sabichões,

adoram exigir de Marx uma "teoria das classes sociais", uma "teoria da dialética", uma "teoria do comunismo", etc. E haja má fé!

Marx, além de descobrir — notadamente em *O Capital* — várias leis, foi mais adiante: estabeleceu o conceito de *lei científica*: não só indica o conhecimento de determinada relação constante entre fenômenos (lei "corrente"), mas a que exprime uma *conexão interna e necessária* entre coisas ou fenômenos (Cf. Castro, *A contribuição de Marx à teoria e à metodologia das ciências sociais*, 1983). Por outras palavras, Marx acrescenta ao conceito a idéia da natureza das leis a partir do exame da correlação entre a essência dos fenômenos em seus condicionamentos; ou mudando-se estes condicionamentos concretos... há outras condições nas quais as leis podem, ou não, se verificar.

Por outro lado, e no caso das ciências naturais, para o físico nuclear R. Omnès (*Filosofia da Ciência Contemporânea*, 1996), diferentemente de *regras* (coisas repetidas e construtoras de nossa representação visual e da linguagem), e dos *princípios* (que se pretendem universais), as *leis* são conseqüências particulares deduzidas dos princípios

aplicadas especificamente a uma categoria de fenômenos. Segundo G-Gaston Granger, renomado filósofo, um saber só é científico se indicada a maneira de como sua experiência foi obtido, e em condições suficientes para que possam ser reproduzidas (*A Ciência e as Ciências*, 1994).

Pois bem: Em *O Capital*, de Marx, o pesquisador G. Duménil localiza 236 passagens sobre o significado de lei econômica (cit. em Castro, idem, 1983). E, além da lei da concentração e centralização do capital, e da lei geral da acumulação capitalista, assume principalidade na valiosa herança epistemológica do marxismo, a lei da *mais-valia*, ou a valorização do valor.

Assim, como diz Isaac Rubín em seu famoso estudo (*A teoria marxista do valor*, 1987 [1928]), Marx em sua notável obra vai adiante e analisa o valor em termos de sua *forma, substância e magnitude*. Isto porque, escreve L. Belluzzo (*Valor e capitalismo. Um ensaio sobre a*

economia política, 1998), esta forma capitalista da lei do valor é a lei fundamental do movimento deste modo de produção, específica deste movimento, em oposição aos modos de produção anteriores.

Marx estabeleceu o conceito de lei científica, aquela que exprime uma conexão interna e necessária entre coisas ou fenômenos

REDE VERMELHA

Para revolucionar a informação

É o mais equipado e avançado sistema de cadastro para partidos políticos no país

Os 12 maiores comitês do Partido do Comunista do Brasil — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Acre, Ceará, Pará, Paraná e Distrito Federal — estão às vésperas de interligar-se eletronicamente. Eles estão recebendo as senhas de operação da Rede Vermelha, o novo sistema informacional do PCdoB. É o mais equipado e avançado sistema de cadastro para partidos políticos existentes no país, e vai revolucionar o manejo da informação no PCdoB. O sistema pode abrigar todas as informações sobre os cerca de 200 mil filiados do Partido e é acessado via internet. Os 12 maiores comitês estaduais testarão o sistema e os problemas serão comunicados à Comissão Nacional de Organização (CNO), responsável por sua implementação, para providenciar os ajustes técnicos. Os outros 15 comitês estaduais passarão a operar o sistema a partir de junho.

Os recursos integrais do sistema serão implantados progressivamente. O projeto prevê senhas hierarquizadas para cada comitê, permitindo consultas a dados de cada área.

A CNO orienta os comitês estaduais para que:

1. apliquem o protocolo de termos de uso e operação do sistema;
2. estudem o manual de uso do sistema antes de começar a operá-lo;

3. providenciem um profissional responsável, operador e gestor, que cuide com prioridade da manutenção dos dados;
4. incluam as fichas dos filiados desde novembro e arrumem os dados constantes das outras fichas de filiados.

O sistema vai assegurar critérios de segurança, confiabilidade dos dados e acessibilidade. Sua operação deve ser profissionalizada, assegurando continuidade e perenidade à operação, sob responsabilidade das secretarias Política e de Organização.

"Vamos inaugurar uma nova fase na infra-estrutura partidária, dotando as nossas direções de instrumentos melhores, mais modernos e ágeis para conhecer melhor o nosso Partido e nossa militância. Todos os comitês terão a possibilidade de extrair os perfis da militância, dos comitês municipais e dos quadros do Partido. Isso significará um salto no conhecimento que temos do Partido, ferramenta indispensável ao planejamento da ação em praticamente todas as áreas de nosso trabalho, externo e interno", afirma Lejeune Mato Grosso, da Comissão Nacional de Organização do PCdoB.

A CNO pede aos comitês que cumpram as diretrizes de completar o 1º Censo Nacional Partidário durante as conferências em curso. Trata-se de uma "respeçagem" de dados faltantes, relativos a quadros e comitês municipais.

IMPRENSA

Segredos de Larry Rohter

Quem é e a quem serve o jornalista que Lula quis expulsar do Brasil

Quem defendeu o jornalista Larry Rohter alegou, de boa ou má fé, defender a liberdade de imprensa. E este sentimento democrático esteve no fundo de boa parte da reação contra suspensão de seu visto provisório, impedindo-o de continuar trabalhando no Brasil. O artigo onde insinua que o presidente Lula abusa de bebidas alcoólicas não passaria de uma curiosidade de mau gosto, típica de certa imprensa de fofocas, se o mundo vivesse uma situação normal.

Mas há motivos para a prevenção contra Larry Rohter. Alguns são alinhados em um artigo da professora Célia Ladeira, da Universidade de Brasília, distribuído pela internet. Ela o descreve um ser que vive nas sombras. Diz, por exemplo, que ele seria uma espécie de "agente civil, bem pago, que faz coisas que CIA e FBI não podem fazer". E dá uma pista: "o Arquivo 33, do US State Department, Bureau of International Information Programs", ao qual Larry seria ligado.

Larry foi o autor da reportagem feita anos atrás, para desacreditar a prêmio Nobel da Paz Rigoberta Menchu, da Guatemala. Ele a ridicularizou, fazendo-a passar por



Larry Rohter

mentirosa. Ele também agiu contra a Venezuela, "sempre fazendo artigos muito negativos contra o presidente Chavez". Ele teria sido, inclusive, uma ponte entre os golpistas de 11 de abril 2002 e centrais de inteligência americana.

Suas ações contra o Brasil não são recentes. Em um artigo de junho de 2002, por exemplo, escreveu que os "brasileiros são ensinados desde o nascimento

que a Amazonia é deles, mas seu governo não tem sido capaz de exercer efetiva soberania sobre a região". Isso está em um texto chamado *Deep in Brazil, a Flight of Paranoid Fancy* ("Brasil profundo, a luta contra uma fantasia paranóica").

Em outro, disse que a carne brasileira exportada saía da Amazônia, "produzida por trabalho escravo". O governo de Fernando Henrique Cardoso reclamou, pelo prejuízo que aquela alegação mentirosa causou ao Brasil. Tentou mostrar, também, que o país é contra a inspeção de centrais nucleares.

Ladeira conclui o artigo perguntando: "Por que Larry Rohter se encontrou três vezes com o político José Serra nas últimas semanas?"

FAHRENHEIT 911

O episódio aberto com a censura ao filme norte-americano *Fahrenheit 911*, do cineasta Michael Moore, deflagrou uma polêmica mundial sobre a liberdade de expressão no país que se autoproclama “modelo universal” de sistema democrático. Para além desse debate — revelador da natureza dos interesses que hoje condicionam o acesso à informação —, o caso pode revelar, desde que submetido a um exame atento, as complexas relações entre a grande indústria cultural dos Estados Unidos (EUA) e o aparato estatal daquele país.

O bloqueio ao filme de Michael Moore

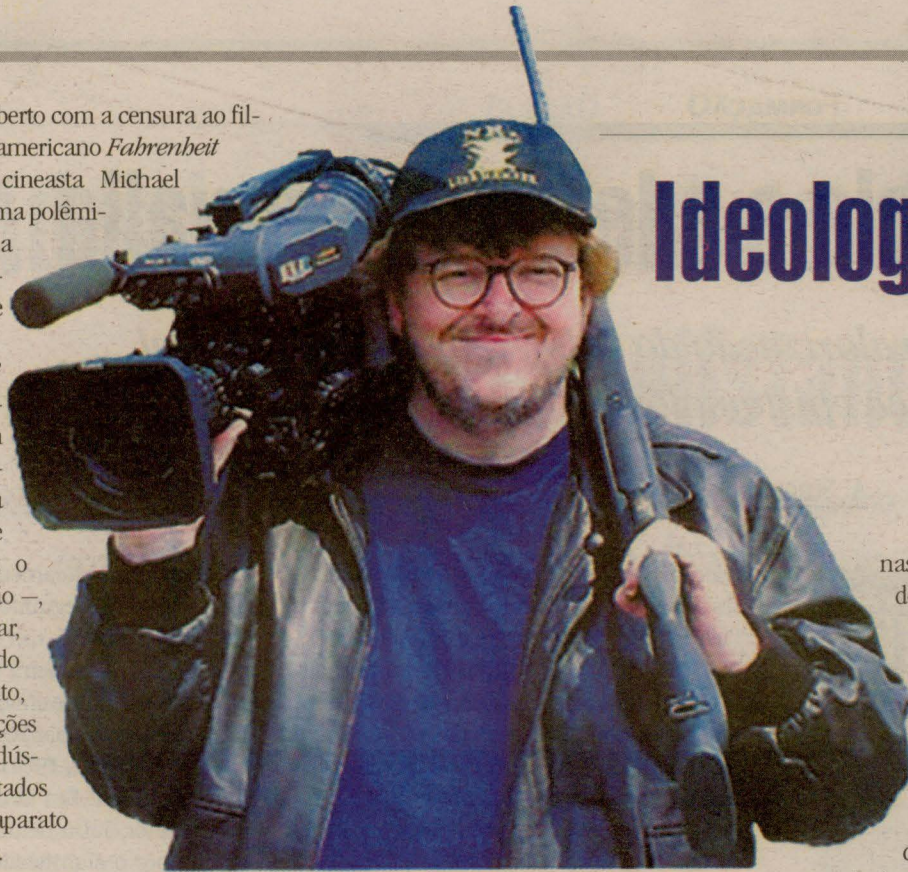
Para os menos informados, vale a pena relembrar o ocorrido¹.

Fahrenheit 911 ressalta as conexões entre o presidente George W. Bush e importantes famílias sauditas — incluindo a de Osama Bin Laden. No filme, Moore critica as ações de Bush antes e depois dos ataques terroristas de 11 de setembro, denunciando abertamente até mesmo a decisão governamental de ajudar membros da família de Bin Laden a sair dos EUA, imediatamente após os ataques de 2001. O filme inclui ainda comentários de soldados americanos no Iraque expressando desilusão com a guerra.

A obra de Moore — também autor do livro *Uma Nação de Idiotas*, um desabafo contra a eleição de Bush, que vendeu mais de um milhão de cópias nos EUA — foi produzida pela *Miramax filmes*, uma tradicional indústria independente norte-americana incorporada há cerca de 10 anos à divisão de cinema do grupo *ABC-Disney*. Essa incorporação — ocorrida em meio a uma onda de fusões e aquisições que varreu a indústria cultural norte-americana em meados dos anos 90 — preservou parte da autonomia da nanica *Miramax*.

A censura ao filme de Moore não partiu da *Miramax*, mas da direção corporativa da *Walt Disney Co.* Esta proibiu o filme de ser distribuído pela *Buena Vista Home Vídeo* — maior empresa do setor de distribuição do grupo *ABC-Disney*. As razões que motivaram a censura são de dupla natureza: comercial e política. Há fortes indícios de que a Disney temia irritar o governador Jeb Bush, da Flórida (irmão do presidente George W. Bush), colocando assim em risco os enormes subsídios fiscais destinados a seu parque temático e a outros empreendimentos situados naquele Estado. Além disso, segundo declarou em *off* um alto executivo da Disney, o filme de Moore foi considerado “partidarista demais”. Para esse mesmo executivo, “não é do interesse de nenhuma grande corporação ser arrastada para uma batalha política partidária altamente carregada”.

A censura ao novo filme de Moore (o



Ideologia e política no cinema norte-americano*

FÁBIO PALÁCIO**

nas um deles. A intervenção política do Estado no setor de mídia é facilitada pela enorme oligopolização do setor — que concentra nas mãos de poucos o extraordinário poder de decidir quais informações devem estar disponíveis à sociedade.

O setor de entretenimento da grande indústria americana é, de fato, bastante monopolizado. Além do grupo *ABC-Disney* (já ele fruto da fusão da gigante *ABC* com a *Disney Co.*) e da *Viacom* — ambos sediados na Costa Oeste dos EUA —, há também o poderoso conglomerado *Time-Warner*, este situado na parte Leste e também fruto de uma fusão, desta vez do grupo *Time-Life* com a *Warner Bros*. Essas três megacorporações concentram a grande maioria das empresas de mídia dos EUA. Para que tenhamos uma vaga idéia, a *Hollywood Pictures* — que com o passar do tempo tornou-se metonímia para designar o conjunto do cinema norte-americano — nada mais é que uma das divisões de cinema da Disney. Já a conhecida CNN — considerado o maior canal de televisão do mundo — é apenas uma dentre as muitas empresas jornalísticas do conglomerado *Time-Warner*.

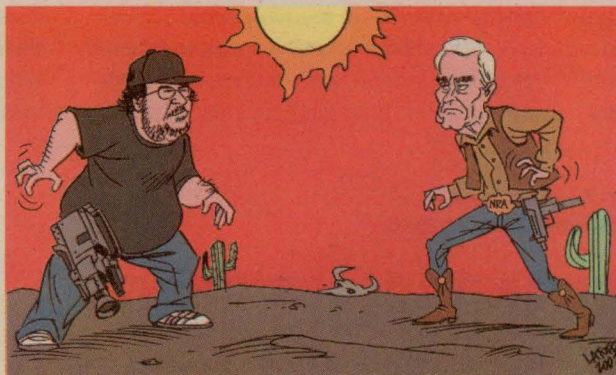
A produção cultural e o complexo industrial-militar

No histórico de intervenção política do Estado norte-americano no setor cultural e de mídia, episódios de triste memória — como aqueles relacionados ao *macarthismo* — somam-se a outros mais sutis, mas nem por isso menos efetivos.

Quem não se lembra, para citar um exemplo recente, da censura ao primeiro trailer do filme *Homem-Aranha*, que mostrava o super-herói capturando um grupo de ladrões e prendendo o helicóptero de fuga deles em uma gigantesca teia presa nas duas torres do *World Trade Center*?

Na ocasião, pouco após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, este trailer foi retirado de circulação dos cinemas e também do sítio oficial do filme. A mesma coisa aconteceu com o primeiro pôster da obra, que mostrava o herói entre as torres gêmeas do *WTC*. A intenção da *Sony Pictures* — multinacional do setor de entretenimento — era colocar *Homem-Aranha* nos cinemas em novembro de 2001, mas o lançamento do filme foi adiado para maio de 2002 para que houvesse “tempo suficiente para a pós-produção do filme”. Evitava-se com isso tornar evidente a fragilidade de um dos símbolos de poder dos EUA.

Fatos como esses são corriqueiros no cotidiano da indústria cultural estadunidense, fortemente vinculada às estruturas burocráticas do Estado norte-americano através de mecanismos diversos — sendo os subsídios ape-



Moore x Bush: a câmera contra o império

Há historicamente nos EUA uma forte conexão entre as grandes da indústria cultural e o chamado *complexo industrial-militar*, majoritariamente situado na Costa Oeste daquele país. Segundo Jorge Beinstein², o complexo industrial-militar é um produto da 2ª Grande Guerra e da Guerra Fria que foi se convertendo gradativamente em fator propulsor da reprodução do capitalismo americano. “Os gastos bélicos aliviaram suas crises (dos EUA) e acabaram por constituir-se no centro de suas revoluções tecnológicas. Em torno desse sistema cresceu uma intrincada trama de estruturas científicas” (dentro das quais se inclui o célebre *vale-do-silício*, núcleo da 4ª Revolução Técnico-Científica, baseada no uso intensivo da informática), “bem como industriais, burocráticas, políticas e financeiras”.

O grupo político que chegou ao poder nos EUA com a eleição de Bush possui fortes vínculos com o complexo industrial-militar. Na verdade, a campanha de George W. Bush para a presidência dos Estados Unidos foi pesadamente financiada pela indústria armamentista. Segundo o mesmo Jorge Beinstein, o complexo industrial-militar constitui-se hoje em poderoso aliado “tanto do autoritarismo interno dos EUA quanto dos grupos de rapina internacionais, que necessitam amígdala da coação armada para controlar negócios (os grupos de petróleo, por exemplo)”.

De todo o exposto acima podemos deprender que a censura ao filme de Moore nada mais é que reação incisiva dos “falcões” republicanos a uma manifestação antibelicista nascida na Disney — e, portanto, nas entranhas do próprio complexo industrial-militar. Esse fato não deixa de ser ilustrativo das dificuldades internas pelas quais passa o Governo Bush para afirmar sua política guerreira. Pesquisas revelam que 57% dos americanos são hoje pela retirada das tropas do Iraque.

Considerando-se o conjunto da produção cinematográfica norte-americana, o filme de Moore não deixa de ser uma exceção — apenas a ponta mais visível de um longo e profundo *iceberg*. Pela maioria das salas de exibição do Brasil e do mundo desfilam cotidianamente produções americanas ideologicamente carregadas — muitas delas de segunda classe —, fato na maioria das vezes nada auto-evidente aos olhos do público.

Mais difusa que a política, a ideologia não é contudo menos real. Não há política que se sustente indefinidamente sem o firme anteparo de um aparato ideológico. Para o Estado norte-americano, a julgar pelos fatos, tais conclusões não representam nenhuma novidade. Afinal, não é de hoje que o Tio Sam trata Cinema e guerra como não mais que aspectos diferentes de um mesmo assunto.

* O presente texto é um extrato do artigo “Notas sobre ideologia e política na trajetória recente do cinema norte-americano”, publicado na íntegra em 12/05 no portal Vermelho com o título “*Fahrenheit 911* e outros: ideologia e política no cinema americano.”

** Jornalista, mestre em comunicação e semiótica (PUC-SP).

Notas

¹ Muitas das informações a seguir constam da matéria “Disney proíbe a distribuição de filme que critica Bush”, publicada no jornal *The New York Times* de 5/5/04.

² Cf. BEINSTEIN, Jorge. *La agravación de la crisis mundial*. Paper apresentado no Seminário Internacional *A nova realidade mundial sob o primado dos EUA*. Brasília — DF, 25 e 26/2003.

IMPRESSO

